



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**OS IMPACTOS DA SECA DO NORDESTE: Uma questão histórica e social na região
do Sertão Paraibano e no município de Bonito de Santa Fé – PB.**

DOMINGOS SÁVIO NEVES

**CAJAZEIRAS-PB
2018**

DOMINGOS SÁVIO NEVES

OS IMPACTOS DA SECA DO NORDESTE: Uma questão histórica e social na Região do Sertão Paraibano e no município de Bonito de Santa Fé – PB.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Dra. Mariana Moreira Neto

**CAJAZEIRAS-PB
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

N518i Neves, Domingos Sávio.
Os impactos da seca do nordeste: uma questão histórica e social na religião do sertão paraibano e no município de Bonito de Santa Fé-PB / Domingos Sávio Neves. - Cajazeiras, 2018.
68f. il.
Bibliografia.

Orientadora: Profª. Dra. Mariana Moreira Neto.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Seca - nordeste. 2. Indústria da seca. 3. Escassez de água. 4. Combate a seca. 5. História oral. 6. Bonito de Santa Fé - PB. I. Moreira Neto, Mariana. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 551.577.38(812/813)

DOMINGOS SÁVIO NEVES

OS IMPACTOS DA SECA NO NORDESTE: Uma questão histórica e social
na região do Sertão Paraibano e no município de Bonito de Santa Fé-PB.

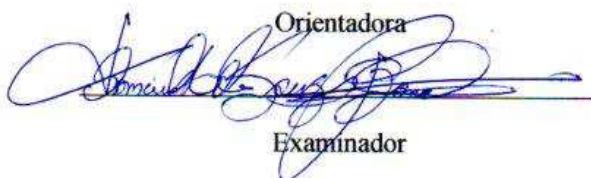
Aprovada em 20 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA



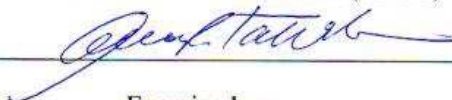
Dra. Mariana Moreira Neto (UFCG)

Orientadora



Examinador

Dr. Francinaldo de Sousa Bandeira (UFCG)



Examinadora

Dra. Ana Rita Uhle (UFCG)

Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG)

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dedico ao meu grande Mestre, Jesus Cristo, a minha família em especial minha esposa Maria de Fátima Pereira de Sousa Neves e meus filhos Guilherme Emmanuel, Sabrina de Fátima e Fabrícia Dalana que me incentivaram nesta caminhada.

Aos mestres, meus reconhecimentos que com carinho e dedicação transmitiram seus conhecimentos e experiências, estimulando o crescimento de um sonho que hoje se concretiza. Um agradecimento sincero, àqueles que muito mais que mestres, foram nossos amigos. A vocês, nosso respeito e afeto.

Aos amigos, que as recordações fiquem em nossas memórias. Hoje, depois de tantos dias, encontramos-nos no fim de uma etapa como vencedores. De tudo ficaram três coisas: a admiração, o respeito e a vontade de vencer. Feliz pelas amizades conquistadas. Jamais serão esquecidos.

In memoriam: Marcelo Henrique Formiga.

AGRADECIMENTOS

À Deus

Até aqui cheguei graças a ti Senhor, que me deste o dom da vida e o exemplo de amor. Ilumina-me com a tua imensa sabedoria para que eu possa agir sempre como educador. Agradeço por me ajudar a vencer os obstáculos.

Aos meus pais

Vocês foram iniciadores de tudo que plantaram a semente e sonharam antes de mim com esse dia. Serei sempre grato. Agradeço a vocês mãe e pai, que me ensinaram a viver com dignidade. Seja estas palavras a expressão de minha gratidão e imenso amor.

À minha esposa, filhos, irmãos

Tantas foram às vezes que me distanciei de vocês e me apeguei aos livros... Hoje, vocês estão juntos de mim como no começo de tudo. A alegria dessa vitória também é vossa, afinal o amor, estímulo, carinho e compreensão, foram armas desta conquista.

À minha orientadora, Dra. Mariana Moreira Neto pelo incentivo, apoio e paciência que teve comigo, diante de tantas dúvidas e dificuldades, que colaborou de forma fundamental nesse trabalho.

Aos meus amigos da turma 2011.2, por compartilhar momentos de alegrias e tristezas ao longo desses anos de convivência.

Aos entrevistados: Antonio Alcântara de Matos, Francisco de Sousa Rodrigues, Antonio Leite Dourado, Aparecido Silva Araujo.

À Banca Examinadora: Prof. Francinaldo, Prof^ª. Ana Rita e Prof. Israel, pela disponibilidade de avaliar meu trabalho.

A todos meu eterno agradecimento...

“Alguns avistam a seca, mas poucos a enxergam”
Ariano Suassuna.

RESUMO

O presente trabalho propõe analisar a problemática das secas que ocorreu na Região Nordeste em vários anos, tendo como destaque a seca de 1993/1994 na cidade de Bonito de Santa Fé, e também despertar para novas descobertas sobre essa temática utilizando a história oral como recurso de investigação. Pesquisaremos sobre a atuação das frentes de trabalhos emergenciais como proposta para um estudo histórico e social, procurando entender um problema que afeta a vida da população nordestina e principalmente a do Sertão. Surge a necessidade de pesquisar este problema que prejudica essa região tão sofrida, sendo este assunto objeto de muitos estudos e debates, devido ao grande problema social que atinge a região. Essa pesquisa procura contribuir com uma revisão histórica de como a questão vem sendo tratada, procurando despertar para as soluções e avaliando suas eficiências. Foi de fundamental importância a pesquisa bibliográfica e entrevistas usando assim a História Oral. Um dos maiores problemas que a região Nordeste do Brasil teve que enfrentar desde as épocas mais remotas foi a escassez de água, pois foram muitos os danos causados pela seca nessa região. A pesquisa mostra também que devemos promover ações que venham diminuir o impacto de seca, fazendo um bom gerenciamento dos recursos hídricos e realizar estratégias de combate à seca, poupando os recursos naturais e retirando somente o que precisamos, sem desperdiçá-los e sem comprometer as necessidades das futuras gerações. O governo deve promover políticas públicas para conservação de recursos naturais e conscientizar para mudanças de atitudes.

Palavras-chave: Seca. Nordeste. Indústria da seca. Trabalhos Emergenciais.

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the drought problem that occurred in the Northeast region in several years, highlighting the drought of 1993/1994 in the city of Bonito de Santa Fe, and also awakening to new discoveries on this theme using oral history as a resource Research. We will investigate the performance of the fronts of emergency work as a proposal for a historical and social study, trying to understand and solve a problem that affects the life of the Northeastern population and especially that of Sertão. There is a need to investigate this problem that harms this region so much suffered, and this subject is the subject of many studies and debates, due to the great social problem that affects the region. This research seeks to contribute with a historical review of how the issue is being treated and also presents a conceptual treatment, seeking to awaken to solutions and evaluating their efficiencies. It was of fundamental importance the bibliographic research and interviews using Oral History. One of the biggest problems that the Northeast region of Brazil had to face since the most remote times was water scarcity, as there were many drought damages in that region. The research also shows that we must promote actions that will reduce the impact of drought, make a good management of water resources and carry out strategies to combat drought, saving natural resources and removing only what we need, without wasting them and without compromising the Needs of future generations. The government should promote public policies for the conservation of natural resources and raise awareness of changes in attitudes.

Keywords: Drought. Northeast. Drought industry. Emergency work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura I: Mapa dos estados abrangidos pelo Polígono das secas | 16 |
| Figura II: Foto da seca na Região Nordeste no ano de 1980..... | 21 |
| Figura III: Relação dos municípios do semi-árido incluídos na emergência em 1993/1884..... | 37 |
| Figura IV: Mapa da Bacia do São Francisco..... | 43 |
| Figura V: Projeto da transposição do rio São Francisco..... | 44 |
| Figura VI: Canal da transposição do São Francisco..... | 47 |
| Figura VII: Mapa dos Limites do Município de Bonito de Santa Fé- PB..... | 48 |
| Figura VIII: Mapa da distância de Bonito de Santa Fé da Capital João Pessoa..... | 49 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Relação da quantidade de pessoas que trabalharam no município de Bonito de Santa Fé – PB em 1993/1994 | 63 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|--|--|
| 1. INTRODUÇÃO | Erro! Indicador não definido.13 |
| CAPITULO I – ESTUDOS HISTÓRICOS DA SECA NA REGIÃO NORDESTE: ORIGEM, CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES | 16 |
| 1.1. Mau gerenciamento de recursos hídricos: “ A indústria das secas.” | 25 |
| 1.2. Estratégias de combate às secas e a convivência com o semi-árido..... | 27 |
| 1.3. Seca: um problema social..... | 31 |
| CAPITULO II – IMPACTOS DA SECA NA PARAÍBA | 34 |
| 2.1. Políticas públicas para diminuir os efeitos da seca em 1993/1994..... | 38 |
| 2.2. A transposição do Rio São Francisco..... | 41 |
| CAPITULO III – IMPACTOS DA SECA NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – PB EM 1993-1994..... | 48 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 55 |
| ANEXOS..... | 57 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar a problemática da seca com o objetivo de contribuir com os estudos historiográficos sobre diversas secas que ocorreram na região, bem como apreender as mudanças de atitudes e de elaborações que, historicamente, vem sendo produzidas sobre a questão. A escassez de água se constitui em um dos maiores problemas que a região Nordeste do Brasil enfrenta desde as épocas mais remotas o que possibilitou a instituição do “estigma da seca” que tem sido utilizado para caracterizar o Nordeste Semiárido.

Os longos períodos de estiagens que, ciclicamente, afetaram a região nordestina brasileira, provocavam a ruína de várias culturas agrícolas e a criação de animais, como também ceifavam a vida de milhares de pessoas. Foram criados alguns projetos para diminuir o impacto da seca na população sertaneja, como a construção de barragens e açudes para armazenamento de água sem, contudo, amenizar a migração de milhares de sertanejos para os grandes centros urbanos.

As sucessivas secas produziram grande migração de retirantes havendo a necessidade de criar, em determinados momentos, verdadeiros “campos de concentração” que se concentraram em várias localidades da região. A Amazônia, em razão do desenvolvimento econômico em torno das seringueiras, também acomodou uma leva de milhares de nordestinos.

O município de Bonito de Santa Fé (PB) está localizado na região Oeste do Estado da Paraíba, limitando-se ao Norte com Monte Horebe, ao Sul, com Conceição, a Leste, com Serra Grande e São José de Caiana e a Oeste com Mauriti, Ceará. O município está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Piranhas, região do Alto Piranhas.

Pesquisar e estudar sobre a seca é de grande importância, pois esse fenômeno faz parte do nosso cotidiano. O principal motivo que me levou a abordar esse tema foi ter presenciado os saques e o sofrimento de várias pessoas durante a seca de 1993 e outras secas anteriores a esta. Por estarmos em uma época que o açude que abastece a área urbana do município secou e estamos dependendo de carros pipa, as pessoas comentam muito sobre fatos da época das secas, e isso me despertou para essa temática por ser nordestino e sertanejo e desde criança escuto falar sobre seca.

A realização da pesquisa teve como importante referencial teórico metodológico a História Oral por oferecer suporte de análise para as lembranças da memória que é uma somatória de experiências individuais que podem ser utilizadas como fontes históricas. Assim, é através do resgate da memória que se constrói o passado.

Corroborando com Freitas, vimos que

A História Oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história. A História Oral legitima a história do presente, pois a história foi, durante muito tempo, relegada do passado. (FREITAS, 2006, p.46).

Sabemos que as memórias e lembranças são fontes, métodos de pesquisa, documentos que, expressados, por exemplo, em uma entrevista gravada, podem ser utilizadas para fins historiográficos, resgatando o passado de forma escrita.

Dessa forma, a História Oral possibilita o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas e a utilização de uma metodologia própria para produzir o conhecimento. É sabido que as pessoas sempre relatam suas histórias em conversas e que, no decorrer dos tempos, faz com que a história seja passada de boca em boca, de pais para filhos, da geração mais velha para geração mais nova, mantendo viva a história e os conhecimentos, através da memória.

Concordamos com Freitas quando afirma que,

A utilização do depoimento oral como fonte histórica nos impulsiona a uma reflexão sobre o fenômeno da memória em si. Memória, aqui entendida como propriedade de conservar certas informações, por meio de um conjunto de funções psíquicas e cerebrais. (FREITAS, 2006, p. 59).

Dessa forma, a História Oral se apresenta como uma opção teórico-metodológica pertinente para esta pesquisa por possibilitar que, através de perguntas planejadas, se obtenha informações relevantes e necessárias sobre a temática em estudo.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro aborda a seca enquanto fenômeno que assola a população nordestina. Acreditamos que a discussão historiográfica sobre a seca do Nordeste em tempos atrás, nos faz entender o motivo dessa região ser abordada nacionalmente como uma região sofrida, devido à realidade vivida pela população local. Assim, optamos por fazer uma discussão sobre secas anteriores quando o

flagelo provocou várias mortes de pessoas e animais do Nordeste Brasileiro. Nessa “discussão, foi abordada e analisada a região do “Polígono das Secas” e o problema social da “indústria da seca”.

No segundo capítulo, abordamos o fenômeno da seca no Estado da Paraíba, analisando criticamente o contexto social, econômico e político como também a atuação dos órgãos de combate a seca através de políticas públicas para diminuir os efeitos da seca em 1993, utilizando os trabalhos emergenciais como uma possível estratégia de sobrevivência do nordestino tão sofrido. No decorrer do capítulo também comentamos sobre outras políticas de sobrevivência no sertão.

Por fim, no terceiro capítulo, que trata da seca de 1993/94 em Bonito de Santa Fé, PB, analisamos os depoimentos de pessoas que participaram dos trabalhos emergenciais de forma indireta, como as que ajudavam no alistamento de pessoas nas políticas contra as secas, e de forma direta, como os próprios alistados da emergência.

A historiografia da seca no município de Bonito de Santa Fé nos anos de 1993/1994, procura relatar os olhares sobre a seca numa perspectiva que analisa histórias orais fundamentadas em abordagens e entrevistas com a população que viveu essa situação de estiagem na época.

Desta forma, optei por trabalhar utilizando entrevistas com pessoas que participaram das frentes emergenciais ou que moravam no município de Bonito de Santa Fé no momento da estiagem. Assim entrevistei o senhor Antonio Alcântara de Matos, 64 anos que trabalhou como apontador no escritório, o senhor Francisco de Sousa Rodrigues, 48 anos que trabalhou como operário na frente emergencial no sítio Paraguai, o senhor Antonio Leite Dourado, 61 anos, que trabalhou no sítio Piedade, o senhor Aparecido Silva Araujo, 48 anos, que trabalhou no sítio Paraguai e Juazeirinho.

CAPÍTULO I

ESTUDOS HISTÓRICOS DA SECA NA REGIÃO NORDESTE: ORIGEM, CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.

No Brasil, as áreas consideradas secas são aquelas abrangidas pelo Polígono das Secas, ou seja, as regiões semi-áridas e subúmidas do Nordeste brasileiro. Essa região abrange parte do estado de Alagoas, Paraíba, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e também o Norte de Minas Gerais. O Nordeste apresenta grande diferenciação, com secas e estiagens atingindo grande parte do território. A região pode ser dividida em quatro grandes conjuntos fisiográficos que são: Zona da Mata, Agreste, Cerrado e Sertão. O clima e a qualidade das terras apresentam limitações muito fortes para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

A seca no Nordeste brasileiro se concentra no Polígono das Secas, caracterizado pelo clima semi-árido, chuva irregular e por um amplo quadro de subdesenvolvimento socioeconômico. De acordo com Soares,

O sertão é caracterizado, sobretudo, pelo domínio do clima semi-árido, que abrange boa parte da região Nordeste, compreendendo, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), grande parte do interior do Piauí (especialmente as porções leste e sudeste), todo o Ceará e Rio Grande do Norte, praticamente toda a porção ocidental da Paraíba e de Pernambuco, e uma faixa menor de Alagoas e de Sergipe, além de praticamente todo o interior da Bahia, caracterizando o chamado Polígono das Secas que delimita o domínio do semi-árido, e estende-se para além dos limites administrativos do Nordeste, incluindo também o norte de Minas Gerais. (SOARES, 2013, p.76).

O Polígono das Secas é caracterizado pela pluviosidade inferior a 800 mm/ano, pela média de temperatura entre 23°C e 27°C, por rios temporários e cobertos pela vegetação de caatinga.



Figura 1: O polígono das secas abrange partes do Nordeste e o norte de Minas Gerais

A formação histórica da economia no Semi-árido Nordeste tem em seus elementos fundamentais o setor hídrico, com secas de vastas proporções. A causa principal da seca está na irregularidade das chuvas, onde a ocorrência insuficiente no total das chuvas indica uma redução na produção agrícola e no fornecimento de água, perdas econômicas, problemas sociais, como migração, fome e, conseqüentemente, desagregação de famílias, que procuram serviço em outras regiões. Corroborando com Albuquerque Junior,

A seca é um tema de vasta literatura, que a aborda ora como um simples fenômeno climático, que está na origem de todos os problemas do espaço onde ocorre, ora como um problema mais vasto, com implicações econômicas, políticas e sociais, agravando uma estrutura sócio-econômica de exploração e desigualdades sociais profundas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.111).

Registros do século XVI já indicam o registro de secas nesta região do Brasil. As severas conseqüências da falta de água chegam a ser assustadoras: migração desenfreada, fome, epidemias, miséria, sede e morte. Relatos de historiadores e pesquisadores datam da época da colonização portuguesa na região.

A primeira seca foi descrita pelo padre Fernão Cardin, que ocorreu nos anos de 1583 a 1585. Ele relata que houve uma grande seca no Nordeste onde os índios tiveram que abandonar a região. Cerca de cinco mil índios se deslocaram do sertão para o litoral, porque as fazendas deixaram de produzir e isto causou muita fome na região. Mais tarde, no ano de 1692, o historiador Frei Vicente do Salvador relata que a seca atingiu todo o Rio Grande do Norte e a Paraíba, causando prejuízos à população e a pecuária, e que durante esta seca os índios uniram-se para invadir as fazendas a procura de alimentos. A única alternativa para os povos que não tinha alimentos foi a imigração para Minas Gerais fugindo da seca e sendo absorvidos pela mineração do ouro.

Em 1720 houve uma longa estiagem que se prolongou até 1727. Essa seca atingiu os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde a fome e a ausência de água assolaram a região, esterilizando lavouras e dizimando quase todo o gado.

No ano de 1790, a imigração foi intensificada pela seca. Doenças e fome foram frequentes no Nordeste, com homens, mulheres e crianças tornando-se pedintes. A seca matou o gado e causou a falta de carne seca.

O tão sofrido solo nordestino tem sido palco de inúmeras secas que ao longo dos anos vem assolando a região. Em 1877 houve uma das mais graves secas que atingiram o Nordeste onde os sertanejos queriam migrar para outras regiões para fugirem da seca, fome e doenças.

Alguns grupos de flagelados saqueavam depósitos de alimentos. Essa seca teve grande repercussão a nível nacional. Albuquerque Júnior afirma que:

A literatura trata de apresentar a seca de 1877 como a primeira seca a chamar atenção da opinião pública nacional, só aí ela teria se tornado problema nacional e começado a preocupar os poderes públicos notadamente o governo imperial. (ALBUQUERQUE, 1988).

Esta seca de 1877 teve grande destaque por ser a primeira que chamou atenção dos poderes públicos, por ter um alto índice de mortalidade os poderes tiveram a intenção de se beneficiar e usaram esse argumento para conseguir recursos. A seca durou três anos sendo apontada como a mais longa do século XIX, e que houve grande sofrimento, pois não existiam recursos de socorro por parte do poder público. D. Pedro II visitou o Nordeste e falou que mesmo que não restasse nem uma única jóia na Coroa, faria o possível para que nenhum nordestino morresse de fome. Criou-se então uma comissão imperial para desenvolver medidas que pudessem atenuar futuras secas, como a construção de ferrovias e açudes e a abertura de um canal para levar água do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, no Ceará. Mas isso muito pouco saiu do papel.

Vários historiadores escreveram sobre essa tão sofrida seca que assolou a população de forma alarmante. Rodolfo Teófilo, historiador e escritor, que publicou uma das mais realistas visões sobre essa seca, relata:

A peste e a fome matam mais de 400 por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! (...) E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura. (TEÓFILO, 2002, p.718).

Nessa época, um enorme contingente de habitantes partiu para a Amazônia e estados vizinhos. Daí surgiu o conceito de retirantes.

Para obter vantagens os políticos utilizaram as secas a fim de conseguir mais poder, pois com a escassez de chuvas eles justificavam a pobreza e se omitiram de socorrer os flagelados. A partir de 1877, a seca foi utilizada como instrumento político como grupos se apropriando dos recursos públicos para enriquecimento e fins eleitoreiros. A escassez de chuvas permanecia constante na região Nordeste gerando grandes desníveis sociais. Foram

então tomadas algumas providências para combater o problema como a construção de estações pluviométricas e a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) no ano de 1909.

Podemos afirmar que a seca transformou-se em um problema regional e nacional, sendo a principal causa de todas as dificuldades vividas pelo Nordeste. Uma série de acontecimentos, discursos e práticas transformaram a seca de 1877/1879, em algo excepcional, dentro da história das secas. A seca jogou na miséria grande parte da população que foi obrigada a recorrer à caridade pública, à retirada, à migração para o litoral, onde receberam socorro do governo com a distribuição de alimentos.

(...) só neste momento, a seca tenha sido inventada como objeto de discursos e práticas, com uma estratégia política diferenciada: a de denunciar a decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos do Estado e da “nação” para resolver o seu problema. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p. 112).

Com a saída da população o sertão sofreu um vazio demográfico. A desnutrição tornou-se epidêmica matando muitas pessoas e se alastrando rapidamente devido o grande número de retirantes em algumas cidades. A parte da população que ficou no sertão foi alistada em obras públicas de frentes emergenciais. Os homens, que não se submetiam à humilhação dos trabalhos e não abandonaram a região e descobriram no cangaço um meio de sobrevivência, roubando os mais ricos. Os grandes proprietários de terra sentiam-se acuados pelos cangaceiros, pelos ataques dos famintos e ainda com a produção paralisada, migravam para a província até o fim da seca.

A soma vultosa de recursos enviados pelo governo provocou uma corrupção generalizada, onde era desviada grande parte dos recursos para as mãos dos “cidadãos ilustres” que faziam parte das comissões organizadas em cada município. A seca e a crise econômica levaram os médios proprietários à falência. Isso tornou a seca de 1877, diferente das anteriores.

A imprensa contribuiu muito para divulgar a seca e mobilizar a opinião pública das províncias e de todo o país. Com o trabalho da imprensa, o governo tomou a responsabilidades de socorrer os nordestinos e todo o país ficou conhecedor das cenas tristes que passavam os flagelados da seca. Portanto a seca de 1877 tornou-se um marco na história das secas devido a novas práticas que surgiram nessa época. Sua diferença não está no fenômeno natural, mas, no momento histórico e nas práticas da época.

A seca passa a ser sinônimo de crise e problemas que estavam ocorrendo no “Norte”, que depois passou a ser o “Nordeste”, região que surgiu como um recorte espacial feito a partir do fenômeno da seca. Começava a surgir uma produção cultural onde homens pobres, que tinham a presença da seca como ameaça em suas vidas, viam a seca como ameaça dos céus. Concordando com Albuquerque Júnior,

A seca torna-se ainda um tema privilegiado da produção literária regionalista, que dá seus primeiros passos nesse momento. É no cruzamento desses vários discursos que certas imagens, enunciados e significados vão sendo regularmente repetidos, tornando-se a “verdade” sobre a seca do Norte, depois sobre a seca do Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p. 119).

Portanto, a seca de 1877 a 1879 levou o país ao conhecimento do problema e ao despertar para tentar solucionar grandes calamidades que a região sofria devido aos longos períodos de estiagem, o que veio a despertar estudos historiográficos desse fato.

Em 1888, houve uma grande estiagem no interior. Os retirantes se aglomeravam na capital paraibana, pois a fome e a epidemia se alastravam e as vilas e cidades do sertão ficavam quase desertas.

Na seca de 1915, para impedir a migração, o governo do Ceará criou campos de concentração. Assim, a fome e a falta de higiene provocaram um quadro ainda pior. Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber comida e assistência médica. Não podia sair sem autorização dos inspetores do campo. Ali ficavam retidos milhares de retirantes a morrer de fome e doenças.

Em 1932 foi a época que se tornou conhecida “a indústria da seca” onde as oligarquias econômicas e políticas da região que usavam recursos do governo em benefício próprio, com o pretexto de combater as mazelas do fenômeno climático.

Em 1970 uma grande seca atinge todo o Nordeste, deixando como única alternativa para 1,8 milhões de nordestinos o engajamento nas chamadas “frentes de emergência”, mantidas pelo governo federal. Nas décadas seguintes outras secas atingiram o Nordeste. A mais abrangente delas teve início em 1979, onde fome e saques se espalharam pela região.

A seca, a fome e os saques já existiam desde o século XVII. Há registros de saques realizados por índios famintos nos períodos de secas. Os saques eram organizados sempre da mesma forma, onde os trabalhadores famintos entravam tanto em bando como sós, ordeiramente e saqueavam o comércio.

A seca de 1980 foi uma das secas mais prolongadas da história do Nordeste, durando sete anos e deixando um rastro de miséria com animais mortos, lavouras perdidas e saques à feiras, por uma população faminta e desesperada. Secas que causaram grande calamidade em todos os estados da região.



Figura II: Região Nordeste no ano em que a seca chegou ao auge: 1983. Acesso em: 26/06/2017.

Não foi colhida nenhuma lavoura nesse período, muitas pessoas morreram e muitas crianças desnutridas. Na época o presidente ditador João Figueiredo fez uma declaração dizendo que só restava rezar para chover.

No início da década de 1980, existia um regime ditatorial e conservador que impossibilitava melhorias para o povo do Nordeste que passava por grandes necessidades e fome.

De acordo com Moreira Neto,

(...) Na região semiárida do Nordeste, a reedição da calamidade social que se apresenta com a ocorrência de um período de secas contínuas desencadeia críticas contundentes de movimentos sociais que apontam o abandono de considerável contingente populacional e o equívoco das políticas governamentais de combate às secas, consideradas como marcadamente clientelísticas, emergenciais e fragmentadas. Tais políticas favorecem apenas os chamados grupos políticos conservadores da região, os quais continuam albergados na sombra da indústria da seca. (MOREIRA NETO, 2013, p. 113).

Em 1993, a seca foi tão violenta que dizimou 70% do rebanho bovino da Paraíba. A grande seca atinge todos os Estados do Nordeste e mais parte da região norte de Minas Gerais. De acordo com dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), um total de 1.857.655 trabalhadores rurais perdeu suas lavouras e foram alistados nas chamadas “frentes de emergência”. As perdas de safras foram totais em todos os estados nordestinos. Na

época, a imprensa publicou reportagem segundo a qual dezenas de obras de combate às secas, foram iniciadas e abandonadas pelo governo federal antes da conclusão.

Em Bonito de Santa Fé houve perda total das lavouras e os bonitenses não tinham como manter suas famílias chegando ao ponto de invadir o comércio da cidade, saqueando produtos de subsistência. Foi uma situação de desespero que sempre ocorria em dias de feira local. Os saqueadores se combinavam em grupos e invadiam os armazéns para garantir o sustento da família. Diante disso, governo enviou os trabalhos emergenciais para socorrer os necessitados, que trabalhavam em obras locais e recebiam um pagamento e uma feira por isso.

A seca de 1998 estava prevista devido ao fenômeno El Niño¹, que causa o aumento das temperaturas das águas e traz várias consequências para o clima, entre eles, o agravamento de secas no Nordeste, mas nada foi feito para amenizar seus efeitos. Com exceção do Maranhão, todos os outros estados nordestinos foram atingidos, com cerca de cinco milhões de pessoas afetadas por essa catástrofe que deixou animais mortos, lavouras perdidas e saques a feiras e armazéns. O governo federal anunciou um programa de emergência, através do qual passou a distribuir cestas básicas de alimentos (10 kg por família) aos flagelados.

O programa de assistência às populações atingidas causou debates porque 1998 era um ano eleitoral, inclusive com eleições para a presidência da República, e a distribuição dos alimentos estaria obedecendo a critérios eleitorais. Houve denúncias que os governos não tinham interesse em resolver o problema das secas no Nordeste “porque, com a fome, a compra de votos fica mais fácil”.

Os programas de emergência dos governos e obras de combate a seca foram abandonados e os projetos não caminhavam. A partir de 2002, com a eleição de um governo popular, foram criados vários programas sociais que acabou com a fome e sofrimento de milhares de brasileiros, especialmente os nordestinos que sofriam com o problema da fome e da seca. Foram criados programas como as cisternas, que amenizaram a sede do povo. Durante o governo popular foi criado o programa Bolsa-Família que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Para que permanecessem no programa, as famílias precisavam manter as crianças na escola com a frequência de pelo menos 85% e também as carteiras de vacinação atualizadas. Esses programas impactaram a economia do país.

¹ El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no Oceano Pacífico Tropical. Altera o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias.

Em 2007 surge um projeto também do governo popular, para possibilitar maior irrigação na área do semi-árido que foi a transposição do Rio São Francisco, uma obra bastante polêmica, que já havia sido discutida em governos anteriores.

Em 2012 o Nordeste volta a enfrentar um ciclo de secas que destruiu quase por completo a pecuária e a agricultura familiar, os rios ficaram sem água, a terra seca, os animais magros ou mortos. Em algumas regiões não caiu nenhuma gota de água em 2012, terminando com grande prejuízo para os nordestinos. Foi graças aos programas sociais que pudemos perceber que o que mudou não foi a seca, foi a fome que acabou.

O fenômeno das secas tem sido uma preocupação constante dos nordestinos, tanto no passado como no presente. A região do sertão nordestino de clima semi-árido e vegetação de caatinga possuem temperaturas elevadas e pequeno período chuvoso. Essa região tem sofrido grandes prejuízos oriundos da seca.

Fatores de ordem natural e as condições ambientais desfavoráveis, a pobreza do solo e a distribuição irregular das chuvas, são limitações para a agricultura. Quando ocorre uma seca, a população que vive da agricultura fica privada dos meios de subsistência e ameaçada de morrer de sede e fome, se medidas de socorro não forem postas em prática pelas autoridades competentes.

Concordando com Costa sobre o aumento da população do Sertão,

Famílias inteiras se deslocaram dos agrestes, brejos e do litoral para ocuparem as terras semi-áridas, sempre mais abundantes e acessíveis do que as da faixa úmida, próximas ao litoral, já ocupadas com os canaviais. (COSTA, 2003, p.121.)

Ainda sobre a densidade demográfica, outro autor afirma que apesar da seca a região é bastante povoada, conforme relatos sobre estudos da região:

A densidade demográfica é relativamente baixa, mas, devido às condições ambientais – solos pobres e rasos, altas temperaturas, forte insolação, pluviosidade baixa e irregular, e predominância da vegetação de caatinga-, ela se torna elevada. (FILHO e DUARTE, 2002, p.13).

Dessa forma, a densidade demográfica torna-se alta devido a diversos fatores que dificulta a sobrevivência na região. As condições ambientais desfavorecem mais os trabalhadores que não tem terra e dependem muito do trabalho para sustentar sua família. Por não ter outra opção para promover o sustento da família, precisa deslocar-se para outras regiões a procura de trabalho.

De acordo com Filho e Duarte, sobre a migração para outras regiões, afirma que:

Historicamente, o êxodo rural no Nordeste tem sido associado à ocorrência de secas na zona semi-árida, havendo evidências de que o problema se acentuou no final do século XIX, quando os quantitativos demográficos do Sertão tornaram-se incompatíveis com as condições ambientais daquela extensa área. (FILHO e DUARTE, 2002, p.14).

As irregularidades do clima afetam principalmente as famílias mais carentes da região atingida, onde os trabalhadores de baixa renda tornam-se vulneráveis aos efeitos da seca, pois não dispõem de reservas acumuladas durante os anos chuvosos.

O drama das secas, da fome e da saga nordestina de migrar para o Sul ou para o Norte para fugir da terra natal procurando sobreviver, fixou-se na memória nacional. A seca alterava a vida do sertanejo, pois ele saía do lugar de origem para outra região distante a procura de sobrevivência, deixando sua terra, parentes e família para trás. Esse tema inspirou alguns artistas a compor algumas obras que retratam esse dilema sofrido pelos sertanejos. Surgiram, a partir da seca, vários poemas, filmes e músicas retratando a realidade dos nordestinos. Podemos citar, entre eles. “A Triste Partida”, de Patativa do Assaré, “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga, o poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, e “Vozes da Seca”, de Luiz Gonzaga, como também livro “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. Através da música, o drama da seca nordestina fixou a imagem do semiárido no cenário nacional.

Segundo Costa, sobre a música de Luiz Gonzaga,

A música “Asa Branca”, gravada em 1947, tornou-se sucesso tão estrondoso que em levantamento recente (2000) foi votada pela população como a segunda música mais representativa do Brasil no século XX. É a música mais gravada e regravaada do repertório nacional, cerca de 280 vezes. (COSTA, 2003, p.123).

Sabemos que a música “Asa Branca” tem melodia simples e uma letra que refere-se a seca e ao sofrimento do nordestino que sente-se obrigado a sair do “seu torrão” para vagar sem destino esperando a chuva voltar para reencontrar sua amada. Para muitos nordestinos “Asa Branca” seria o Hino Nacional que retrata a vida deles.

1.1. Mau gerenciamento de recursos hídricos: “a indústria das secas.”

A “indústria da seca” era uma forma de fazer política onde o dinheiro enviado para o Nordeste era desviado para outros fins e não utilizado em favor do povo. Essa prática política não pode ser tolerada por pessoas comprometidas com a construção de uma nova história, para que o povo não seja mais retirante de sua própria terra.

O sistema político era liberal, mas na verdade funcionava oligarquicamente. Na oligarquia a autoridade se concentra nas mãos de poucas pessoas podendo essas pertencer à mesma família, partido ou classe social. No caso em estudo, o poder oligárquico estava concentrado na família e nos proprietários de terra e nos chefes políticos. Sabemos que no regime oligárquico o poder é exercido sem o livre consentimento do povo que fica submisso aos poderosos em troca de favores.

Segundo Ferreira, sobre o sistema oligárquico,

Para exercer o controle da vida política do Estado, a oligarquia lançava mão de vários instrumentos, dentre eles o empreguismo, o nepotismo e a corrupção eleitoral, levando a uma situação difícil e insustentável aquele que se colocasse em oposição ao governo estadual. (FERREIRA, 1993, p.19).

No Brasil, as oligarquias se redefiniram com novas formas de dominação e muitas delas sobrevivem até hoje. Surge então o coronelismo e uma gradação em termos de poder entre os coronéis, como a posse de bens, quantidade de votos, unidade da parentela e alianças firmadas. O coronel era um arrebanhador de votos que conhecemos por votos de cabresto. Esses votos eram “comprados” em troca de reivindicações pessoais ou obras de interesse da população de uma região, no caso aqui, a região Nordeste com o problema da seca.

Em Bonito de Santa Fé também existia o coronelismo onde diante de uma grande parte da população ser pobre, havia propostas de beneficiamento de alguns em troca de votos para se elegerem. Os coronéis arrebanhavam votos em troca de favores e depois de eleitos deixavam muito a desejar em sua administração com relação a seca e não procuravam soluções para resolver o problema de seca, pois dessa forma a população ficaria sempre devendo “favores” e votando neles nas próximas eleições.

As verbas destinadas à construção de poços e açudes públicos para solucionar os efeitos da seca, foi empregada na construção de poços e açudes privados, em latifúndios das famílias mais ricas. Os efeitos da seca no Nordeste e a negligência política produziram várias reações por parte da população. Esse fenômeno ficou conhecido como “a indústria da seca”,

que era a apropriação dos recursos públicos, por grupos, para socorro dos flagelados. Era uma teia de interesses, uma indústria disfarçada que envolve essa calamidade nordestina.

Os grandes latifundiários nordestinos, através de seus aliados políticos, interferem nas decisões tomadas em escala federal, estadual e municipal para se beneficiar dos investimentos realizados. Não investem na solução dos problemas provocados pelas secas e a população continua enfrentando a falta de chuvas, o que vem gerando várias consequências, como a destruição de lavouras, a fome, o êxodo rural. A indústria da seca resulta do aproveitamento de pessoas que usam sua influência para manipular e obter benefícios.

De acordo com Ferreira,

Essa indústria pode ser visualizada em dois níveis: o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região. (FERREIRA, 1993, p.61).

Portanto, os “socorros públicos” tinham um caráter puramente assistencialista, distribuindo alimentos e remédios, com efeito paliativo, que não vinha solucionar o problema das inúmeras estiagens na região.

A questão da seca não se resume a falta de água, pois não falta água no Nordeste. O que falta são soluções para a má distribuição e as dificuldades de aproveitamento.

De acordo com Andrade, temos que:

É necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União... desmitificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam a região, como se esse elementos estivessem presentes só aí. (ANDRADE, 1985, p.7).

A seca caracteriza-se pela ausência de recursos hídricos suficientes que atendam as necessidades da população e que promove problemas econômicos, sociais e de segurança pública. A região semiárida sofre com a ausência de medidas políticas eficazes que possa resolver os problemas causados pela escassez de água. Sabemos que a água é um bem finito e que pode ficar escassa em algumas regiões do planeta.

Sem a solução adequada, surgem problemas políticos, sociais, econômicos, jurídicos e de segurança pública. Há casos de controle de grandes empresas em favor da água para

atividade industrial e não para o consumo humano. Não se pode aceitar que pequenos agricultores da região sejam prejudicados pela atividade industrial, favorecendo o interesse individual e não o coletivo.

O desvio da água afeta a segurança pública havendo o extravio de água para a distribuição feita por políticos para fins eleitoreiros e obtenção de votos. O furto de água é crime previsto no art. 155 do Código Penal Brasileiro devendo ser combatido e implicando risco de segurança.

Dessa forma, algumas dúvidas surgem nesse contexto e nos perguntamos por que será que o Nordeste é tão seco, e se seria isso a causa para a pobreza na região.

Sabemos que não é toda a região Nordeste que sofre com os problemas climáticos relacionados à falta d'água, mas sim a região denominada de Polígono das Secas.

O motivo principal para as secas é político. Somente os fatores climáticos não são suficientes para explicar a miséria em que vive a população. Muito dinheiro foi destinado para a região, o suficiente para implantar projetos avançados de irrigação e distribuição de água, porém boa parte da verba foi desviada e a maior parte dos sistemas de irrigação, foram destinadas à grandes latifúndios, geralmente associados a grandes políticos da região.

Assim, a indústria da seca funciona da seguinte forma: prometem melhorias para a população e oferecem ações de caridades, em troca de votos. Depois de eleitos, os políticos atuam para atender aos interesses dos grandes latifundiários, que geralmente financiam as suas campanhas. Depois divulgam o problema da seca a fim de angariar mais recursos que raramente são bem utilizados para a população local.

1.2.Estratégias de combate às secas e a convivência com o semi-árido.

A seca muitas vezes é usada para críticas construtivas ou destrutivas, onde podem aperfeiçoar projetos ou destruí-los. No Nordeste do Brasil a seca está associada ao êxodo rural, a fome, as frentes de serviços, a carros pipas e cisternas. O camponês tem no inverno longo e em quantidade suficiente a ocorrência de uma boa safra agrícola, e assim a subsistência de sua família. Mas, se o período não for chuvoso, o camponês vê como uma catástrofe, pois não terá água nem tem como tirar a subsistência da sua família.

Ao longo do tempo criaram-se diferentes órgãos para combater à seca, mas os chefes políticos desses órgãos impediam o objetivo, se aproveitando para atender interesses Ao longo do tempo criaram-se diferentes órgãos para combater à seca, mas os chefes políticos

desses órgãos impediam o objetivo, se aproveitando para atender interesses particulares, e levando os nordestinos a pensar na seca como elemento natural.

Conforme afirma Diniz, em relatos sobre o tema em estudo:

A condição estabelecida para construção de açudes favoreceu as pessoas que já tinham recursos suficientes para instalar os açudes e conseguir a documentação. Enquanto isso, as pessoas mais pobres continuavam cada vez mais dependentes dos coronéis, pois eles, neste momento, tinham uma influência política muito grande. (DINIZ, 2013, p.24).

Concordando com o posicionamento de Diniz, a política tinha grande interferência nas obras de combate à seca onde a grande massa ficava a mercê dos benefícios oriundos do governo que foram desviadas para outros fins.

A seca durante décadas era vista como a grande causadora de toda pobreza no Semi-árido Nordestino chegando a ser chamada de região problema para o desenvolvimento do país, porém ultimamente algumas alternativas estão sendo implantadas, mostrando que a convivência com o semi-árido é possível. A problemática da seca provocou várias ações do governo, algumas direcionadas para oferecer água a população do semi-árido. Foi criada a Inspeção de Obras Contra as Secas (Decreto nº-7.619, de 21 de outubro de 1909), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de centralizar e unificar a direção dos serviços, visando à execução de um plano de combate aos efeitos das irregularidades climáticas. Foram iniciadas as construções de estradas, barragens, açudes, poços, como forma de proporcionar apoio para que a agricultura suportasse os períodos de seca.

Não é possível se eliminar um fenômeno natural. As secas vão continuar existindo. É possível conviver com o problema, pois sabemos que existem muitas riquezas no Nordeste. Seus maiores problemas são provenientes mais da ação ou omissão dos homens e da concepção da sociedade que foi implantada, do que propriamente das secas de que é vítima. O Semi-árido é uma região propícia para a agricultura irrigada e a pecuária. Precisa apenas de um tratamento racional a essas atividades, no aspecto ecológico. Precisamos de uma política para a região, que respeite a realidade em que vive o nordestino e que possa dar condições de acesso à terra e ao trabalho.

Atualmente, as principais técnicas pontuais utilizadas para o combate às secas são os poços artesianos, os açudes e as cisternas, que tem captação através de calhas especiais, e cuja água é de boa qualidade, porém, insuficientes em períodos prolongados de seca. Vale ressaltar

que muitos açudes não conseguem encher o suficiente para atender as necessidades do sertanejo.

O Nordeste sempre manteve uma posição de desvantagem no que diz respeito aos indicadores de pobreza enquanto suficiência de renda, pois se fizermos um quadro comparativo entre os índices de pobreza da região Nordeste em relação ao resto do país, tanto o número de pobres na população total será mais elevado no Nordeste, como os pobres nordestinos serão mais pobres que os de outra região.

Podemos assim afirmar que com o domínio por parte dos latifundiários e com o coronelismo político temos uma estrutura econômica excludente e hierarquizada onde a população torna-se dependente chegando aos períodos de seca a situações de calamidade. Precisamos reverter esse quadro, pois o nosso tão rico sertão só precisa de água para transformar-se em um lugar bonito e cheio de riquezas.

Um fator marcante na paisagem do semi-árido é a vegetação de caatinga que significa “mata branca”. Um bioma com vegetação xerófila que perde seu aspecto rude tornando-se verde e florida na época das chuvas. Sendo inspiração para um poeta sertanejo, que diz:

Chegando o tempo do inverno,
tudo é amoroso e terno,
sentindo o Pai Eterno
sua bondade sem fim.
O nosso sertão amado,
estrumicado pelado,
fica logo transformado
no mais bonito jardim.”
(Patativa do Assaré. A festa da natureza).

Em 2005 e 2006, o Governo Federal lançou dois Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido e para o Nordeste, que observava os fatores históricos e as desigualdades dos aspectos econômicos e sociais.

Segundo Moreira Neto,

Os planos de desenvolvimento do Nordeste e do semi-árido trazem como elemento de articulação a proposta de um desenvolvimento sustentável ancorado na idéia da convivência entre o homem e a semiaridez, tendo como aspectos principais: o estímulo a participação social e a aceitação das experiências já acumulada pela população residente na região e que se revelam exitosas na acumulação de água de chuva e na produção de alimentos. (MOREIRA NETO, 2013, p.119).

Assim, a região semiárida começa a se configurar com fronteiras delimitadas e população conhecida a partir de um conjunto de ações e políticas que nos mostre esse espaço e possibilite uma melhor convivência com possibilidades de crescimento e respeito ao meio ambiente.

Segundo Moreira Neto (2013, p.120), “Não mais o povo do Sertão, disperso, errante, controlado pelos coronéis, mas uma população capaz de trabalhar, de conviver, de estabelecer relações de parceria e dualidade com o meio ambiente.”

Podemos então perceber que hoje temos uma nova configuração do Semiárido Brasileiro através de aspectos físicos, a escassez de água e a produtividade do solo, como também a presença e ocupação humana nesse espaço, tornando viável a convivência com o semiárido e não precisando mais “fugir” para outras regiões em busca de sobrevivência.

O discurso da convivência com o semiárido, de acordo com essa concepção, se institui e tenta se legitimar como uma compreensão sobre o semiárido brasileiro, que entende e explica o espaço como a conjunção de uma série de estratégias e táticas elaboradas e executadas para possibilitar uma convivência adequada entre o homem e a natureza, sem os atropelos e os dramas que as secas e o seu combate desencadeiam. (MOREIRA NETO, 2013, p.139).

Dessa forma, atualmente não existe mais um povo faminto, retirante e flagelado, mas pessoas assistidas com programas sociais que podem trabalhar em sua terra e retirar dela seu sustento, convivendo com a estiagem temporária.

A indicação de um conjunto de técnicas, de estratégias, de táticas de sobrevivência, e de concepção de mundo, aponta para configuração de um território político, cultural e geograficamente cartografado, conhecido, esmiuçado e especificado em suas minúcias, seus detalhes, sua população, suas secas e invernadas, seus solos e suas plantas, suas sementes e as maneiras de produzi-las e conservá-las. Um espaço não mais apenas disciplinado e policiado em seus eventos e calamidades, mas um espaço conhecido, antecipado, passivo de circulação, esquadrihado em suas potencialidades e restrições, identificado em suas possibilidades econômicas. Um espaço de conhecimento e de descortinamento de seus rios, de suas montanhas, de seus desertos, de seus vales, de sua população. (MOREIRA NETO, 2013, p.147).

A convivência com o semiárido é possível através de gestão de políticas públicas, principalmente aquelas instituídas com o objetivo de diminuir as conseqüências provocadas pelo clima irregular na região semiárida do Brasil. Se não é possível acabar com a seca, é possível conviver com ela, encontrando novas soluções que nos permita uma convivência na

região. É preciso aprender, reaprender e conviver no semi-árido e isso deve ser passado de geração para geração.

1.3. Seca: um problema social

A seca gera problemas sociais, pois com a falta de água a agricultura e a criação de animais ficam prejudicadas, provocando problemas de ordem econômica, gerando grandes necessidades como alimentação precária e consumo de água de má qualidade ou contaminada e assim podem ser vítimas de doenças.

Corroborando com Diniz, que afirma:

Percebemos que o homem do campo atribui todas as suas dificuldades ao aspecto climático, não consideravam os fatores econômico, social e político que contribuíram para esta situação de miséria. Nesse sentido a dominação local se instalou com mais facilidade, pois os sertanejos tinham uma aceitação maior em relação à produção baseada na dominação pessoal, no compadrio, enfim, eram mais maleáveis fortalecendo assim o poderio do fazendeiro. (DINIZ, 2013, p. 10).

Surge aí, um problema social de dominação e exploração, onde os fazendeiros se aproveitam da situação dos sem terra e os exploram, pois eles não têm outra opção de trabalho. Em uma grande estiagem ocorre a destruição de lavouras e ameaça a vida dos animais, mas também uma dieta alimentar pobre e o racionamento de água. Com isso existe uma pequena oferta de alimentos, o que torna seu alto valor comercial, agravando mais o problema social.

Dessa forma, a pobreza em que a maioria da população do Semi-árido vive é explicada pelas condições de posse e uso das terras agrícolas que prevalecem no Nordeste. O trabalho vinculado à autoridade dos proprietários de terras mais ricos era encarado como um trabalho escravizado que não garantia sua subsistência, como o poeta Juvenal Galeno registrou em seus versos:

Bem a Joana me dizia
Nas horas da privação:
- Homem, faz um roçadinho,
Planta arroz, planta feijão,
Que esta vida de alugado
Ao pobre não serve, não!
(GALENO, 1978, p.57).

Ademais, as maiores vítimas da seca na década de 1990, são os pequenos proprietários rurais e os trabalhadores sem terra, como os parceiros, moradores e ocupantes, que contam com uma pequena parcela da lavoura que produziu, sendo essa parcela insuficiente para o sustento da família. Como alternativa de sobrevivência ocorre com a migração de pessoas a procura de trabalho em outras localidades, onde os pais de família deixavam esposas e filhos e partiam em busca de trabalho, e suas esposas por passar muito tempo só, ficaram conhecidas como “viúvas da seca”. Isso gerava um novo problema social, pois os pais ao chegarem aos grandes centros urbanos, não tinham moradias dignas, vivendo em favelas, sujeitos a vários outros problemas sociais como proliferações de doenças, por exemplo.

Em muitos casos a seca expulsava famílias completas do seu torrão natal a procura de sobrevivência em outras terras. Segundo a obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos”, que conta o drama vivido por uma família que não tem outra opção se não a fuga de sua terra pela fome que estão passando e também por estar em dívida com o patrão e não ter como pagar:

A vida na fazenda se tornara difícil. Sinhá Vitória benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beijos rezando rezas desesperadas. (...) No céu azul as últimas arribações tinham desaparecido. Pouco a pouco os bichos se finavam devorados pelo carrapato. E Fabiano resistia, pedindo a Deus um milagre. Mas quando a fazenda se despovoou, viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinheiro que possuíam, salgou a carne, largou-se com a família, sem se despedir do amo. Não podia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se ao mundo, como negro fugido. Saíram de madrugada. Sinhá Vitória meteu o braço pelo buraco da parede e fechou a porta da frente com a tramela. Atravessaram o pátio, deixaram na escuridão o chiqueiro e o curral, vazios, de porteiros abertas, o carro de bois que apodrecia, os juazeiros. (RAMOS, 1998, p.117).

Assim, podemos perceber que as pessoas mais abastadas se aproveitam do problema da seca, os explorando e eles acabam se endividando e se tornando mais dependentes diante da situação da falta de chuva, que é a única esperança de mudar de vida, pagar suas dívidas e viver melhor. Se a chuva não vem, a esperança do sertanejo acaba. Conforme retrata a música “Triste Partida” de Patativa do Assaré:

Setembro passou
Outubro e Novembro
Já tamo em Dezembro
Meu Deus, que é de nós,
Meu Deus, meu Deus
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz. (...)

Agora pensando
Ele segue outra tria
Chamando a família
Começa a dizer,
Meu Deus, meu Deus
Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nós vamos a São Paulo
Viver ou morrer.

Sabemos que os sertanejos começam vendendo seus animais para comprar alimentos e quando não tem mais nada, contraem dívidas e se não tem como pagar acabam fugindo para não morrer de fome. Em muitos casos chegam a outras regiões e se endividam não tendo condições de pagar ao patrão ficam por lá morrendo de saudades de sua terra, mas não tem como voltar.

Portanto, os governantes precisam reconhecer que a seca é um problema climático, histórico, social e político e que hoje podemos encontrar soluções para resolver esse problema. Precisamos entender que se não é possível erradicar a seca, é possível conviver com ela, procurando soluções que nos permita uma convivência condigna, onde as regiões atingidas pela falta de chuvas não venha a sofrer tanto como em épocas passadas.

CAPÍTULO II

IMPACTOS DA SECA NA PARAÍBA

Uma parte do território paraibano encontra-se em uma região de clima semiárido que tem como principais características a baixa umidade do ar e o volume reduzido de chuvas que cai durante o ano, facilitando a ocorrência de secas na região. Ao longo dos tempos, o paraibano tem enfrentado um grande desafio, que é a difícil tarefa de conviver com uma quantidade restrita de água. Muitas pessoas caminham quilômetros para conseguir água, alguns açudes são construídos em propriedades particulares e os açudes que existem não conseguem abastecer por muito tempo.

Nessa parte do Polígono das Secas persistem as médias de chuvas mais baixas de todo o Semi-árido Nordeste. O Semi-árido Paraibano não é uniforme, pois são muitas as diferenças entre as sub-regiões com mesmo clima, mas com quantidade de chuvas, temperatura, vegetação e solos distintos. Podemos fazer a divisão geográfica da Paraíba em três grandes sub-regiões: Litoral e Agreste, Cariri e Curimataú e Sertão. Também é diferente a formação histórica e econômica dessas áreas e suas necessidades quanto a carência de obras assistenciais na seca.

Na seca de 1877/1879 todo interior nordestino transformou-se em uma catástrofe social da História, com mais de 500 mil mortos de sede e fome.

De acordo com Otamar de Carvalho,

Nessa época, a área atingida pela seca era habitada por uma população estimada em 1.754.000 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil pessoas), das quais pereceram mais da metade, durante os dois anos de seca. (CARVALHO, 1973, p.180).

As cidades do interior e as litorâneas eram centros receptores de multidões em situação de miséria, que chegavam até a cair fracas de fome e sede.

Dessa forma, Costa relata que

Corpos famintos e com extrema sede caíam enfraquecidos para morrer nas areias quentes dos rios e riachos secos, transformados em caminhos para o mar ou para um lugar onde sonhassem escapar. O drama atingiu todo o país. Os retirantes das secas ocuparam praças, ruas, pátios das igrejas e casas das maiores cidades nordestinas e brasileiras. Cidades como Fortaleza, Mossoró, Campina Grande, João Pessoa e Recife tornaram-se os principais centros de parada dos famintos. (COSTA, p. 121, 2003).

Assim, que a realidade do drama repercutiu fortemente na memória da população do país que consolidou a imagem da seca na região como tragédia nacional.

Existem algumas estratégias para enfrentar as dificuldades que vier no semi-árido, uma região onde a temperatura é elevada e a seca é comum. Algumas pesquisas revelam que algumas regiões do Semiárido correm o risco de se transformar em deserto devido às mudanças climáticas que ocorrem no planeta. Desde que o colonizador europeu chegou à região, existem relatos sobre longos períodos de estiagem responsáveis pela morte de pessoas, plantas e animais.

As secas são desastres naturais periódicos que, em maior ou menor intensidade, atinge, o semi-árido nordestino. Segundo os especialistas, nos anos de 1449 e 1500 o interior do que hoje é denominada região Nordeste foi castigado por uma seca. (...) Data de 1587 o primeiro relato de uma seca na região, feito por Fernão Cardin. (BRASIL, 1981, p.17).

Mesmo com as informações meteorológicas fornecidas pelo Laboratório de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto da Paraíba (LMRS-PB), o Estado demorou a reconhecer a seca no ano de 1993. Apesar das evidências oferecidas pelo contexto real, o governo também levou muito tempo para reconhecer a situação de emergência que o estado vivenciava.

Concordando com Moreira Filho, sobre os recursos hídricos,

Pelos dados pluviométricos colhidos em alguns municípios e pelos resultados da safra de 1993, cujos cultivos frustraram-se em quase todo o Estado da Paraíba, conclui-se que a precipitação pluviométrica daquele ano foi excessivamente baixa. Até no período mais chuvoso da zona semi-árida do Estado – como, de resto, em toda a região Nordeste -, compreendido entre os meses de fevereiro e maio não se alcançou, em 1993, a média desejável, seja para o desenvolvimento normal das lavouras, seja para reabastecer os reservatórios de água do Estado. (MOREIRA FILHO, 2002, p.34).

Mesmo sendo a pluviosidade dos anos anteriores, bastante fraca, podemos perceber que as reservas de água eram insuficientes para sobrevivência da população neste ano. Assim, muitas áreas enfrentaram sérias dificuldades de abastecimento de água, como o açude de Sumé, por exemplo, que em outubro de 1993 estava quase esgotado, mostrando o sacrifício que as populações do sertão são submetidas, dependendo das águas subterrâneas.

O semiárido do Estado da Paraíba compreende uma área de 123 municípios segundo a portaria de 27 de novembro de 1991. Com o objetivo de estudos da delimitação do semi-árido paraibano, a Coordenadoria de Defesa Civil fez um levantamento dos municípios com base nos índices de ocorrência de secas.

Em junho de 1993, o Boletim Especial nº 06/93 apresentava um quadro não animador sobre a seca, e o governo demorou a reconhecer o estado de emergência.

Como relata Filho e Castro,

O LMRS-PB, órgão responsável pelo monitoramento meteorológico do Estado da Paraíba, apoiava-se nas informações fornecidas pelo CPTEC/INPE. Como este levou muito tempo para admitir a ocorrência de uma seca severa, apesar das evidências oferecidas pelo contexto real, o governo estadual também demorou a reconhecer o estado de emergência. (FILHO e CASTRO, 2002, p.34).

De acordo com dados pluviométricos de alguns municípios e pela safra de 1993, conclui-se que a precipitação daquele ano foi baixa. A situação de alguns açudes do Estado da Paraíba mostra como era crítica a situação de muitos deles. Foram observados três grupos de municípios. Os municípios de prioridade I apresentaram de cinco a seis secas, os de prioridade II que apresentaram três ou quatro secas e as prioridades III que ocorreram uma a duas secas.

Podemos assim ressaltar que Bonito de Santa Fé foi um dos municípios do semi-árido incluídos na emergência durante a estiagem nos anos de 1993 e 1994, conforme nos mostra a figura abaixo.

| MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO INCLUÍDOS NA EMERGÊNCIA (125 MUNICÍPIOS) (CONFORME PORTARIA 732/91) | | | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------------|
| Água Branca | Coremas | Monte Horebe | Santa Terezinha |
| Aguiar | Cubatã | Monteiro | Santana de Mangueira |
| Arara | Cuité | Natuba | Santana dos Garrotes |
| Araruna | Curral Velho | Nazarezinho | São Bento |
| Areial | Desterro | Nova Floresta | São João do Cariri |
| Aroeiras | Desterro de Malta | Nova Olinda | S. João do Rio do Peixe |
| Bananeiras | Diamante | Nova Palmeira | São João do Tigre |
| Barra de Santa Rosa | Doña Inês | Olho D'Água | São José de Caiana |
| Barra de São Miguel | Emas | Olivedos | São José de Espinharas |
| Belém do Brejo do Cruz | Esperança | Ouro Velho | São José do Piranhas |
| Boa Ventura | Fagundes | Passagem | São José do Bonfim |
| Bom Jesus | Frei Martinho | Patos | São José do Sabugi |
| Bom Sucesso | Gurjão | Paulista | São José dos Cordeiros |
| Bonito de Santa Fé | Ibiara | Pedra Branca | São Mamede |
| Boqueirão | Imaculada | Pedra Lavrada | S. S. do Umbuzeiro |
| Boqueirão dos Cochos | Ingá | Piancó | Seridó |
| Brejo do Cruz | Itabaiana | Picuí | Serra Branca |
| Brejo dos Santos | Itaporanga | Pocinhos | Serra Grande |
| Cabaceiras | Itatuba | Pombal | Solânea |
| Cachoeira dos Índios | Jericó | Prata | Soledade |
| Cacimba de Areia | Juazeirinho | Princesa Isabel | Sousa |
| Cacimba de Dentro | Junco do Seridó | Puxinanã | Sumé |
| Caçara | Juru | Queimadas | Tacima |
| Cajazeiras | Lagoa | Quixaba | Taperoá |
| Camalaú | Lastro | Remígio | Tavares |
| Campina Grande | Livramento | Riacho dos Cavalos | Teixeira |
| Carrapateira | Mãe 'D'Água | Salgadinho | Triunfo |
| Catolé do Rocha | Malta | Salgado de São Félix | Uiraúna |
| Conceição | Manaíra | Santa Cruz | Umbuzeiro |
| Condado | Mogeiro | Santa Helena | Várzea |
| Congo | Montadas | Santa Luzia do Sabugi | |
| OUTROS MUNICÍPIOS INCLUÍDOS NA EMERGÊNCIA (37 MUNICÍPIOS) (EM 1993) | | | |
| Alagoa Grande | Iguaracy | Pirpirituba | |
| Alagoa Nova | Jacarau | Rio Tinto | |
| Alagoinha | Juarez Távora | Santa Rita | |
| Araçagi | Juripiranga | São Miguel de Taipu | |
| Areia | Lagoa de Dentro | São Sebastião L. Rosa | |
| Belém | Lagoa Seca | São Vicente do Seridó | |
| Borborema | Mari | Sapé | |
| Caldas Brandão | Massaranduba | Serraria | |
| Cruz do Espírito Santo | Mulungu | Serra da Raiz | |
| Cuité | Pedras de Fogo | Serra Redonda | |
| Duas Estradas | Pilar | Vista Serrana | |
| Guarabira | Pilões | | |
| Gurinhém | Pilõeszinhos | | |

Figura III: Municípios do semiárido incluídos na emergência. Fonte: SUDENE.

Vale ressaltar ainda que a relação direta entre destruição ambiental e a pobreza, são evidentes, pois formam partes de um mesmo cenário. Na Paraíba, a miséria no campo alimentou vorazmente a destruição da vegetação nativa, a caatinga, primeiro fator no processo de desertificação. As políticas públicas no período desenvolvimentista viam a caatinga do semi-árido como vegetação inferior.

É preciso encontrar projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos sertanejos, a construção de novas perspectivas junto a população marcada pela pobreza e miséria. É preciso articulações de gestão ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população local, se não, continuaremos com um discurso vazio e sem respostas para a população do Semiárido.

Corroborando com Silva,

Não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza. A sustentabilidade com base na convivência implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referencia a expansão das capacidades humanas locais, sendo necessário romper com as estruturas de concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos. (SILVA, 2003, p.379).

Sabemos que são diversos os fatores causados pela seca no semi-árido nordestino onde aqui tomamos como espelho a Paraíba, estudando o cotidiano de sua população. Por mais valores individuais que cada sertanejo possua, sua vida é moldada pela mesma carência, onde a dominação entre as classes sociais não privilegia o homem. Avançaram em grandes projetos econômicos e não resolveram a questão da simples expulsão do homem do campo pela seca.

2.1. Políticas públicas para atenuar os efeitos da seca de 1993/1994.

O recorte espacial é o semi-árido paraibano, onde os projetos de combates às secas têm na maioria das vezes interesses excluídos à população que é realmente carente. Fica evidente a distância entre as propostas dos planos de desenvolvimento regional e a realidade vivida diariamente pelos habitantes excluídos da história econômica, política e cultural em que se inserem., Assim, a seca é um fenômeno do cotidiano no interior nordestino.

As políticas públicas de secas tiveram início quando o governo reconheceu como um problema nacional. Isso só aconteceu com a repercussão da Grande Seca de 1877 a 1879, com a morte de milhares de pessoas.

O conceito de políticas públicas segundo Heidmann:

Políticas públicas são as ações, práticas, diretrizes fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade. (HEIDMANN, 2006, p.29).

Dessa forma, as políticas aplicadas para amenizar os efeitos da seca foram medidas assistencialistas de emergência criando frentes de trabalho, pelo poder público, onde às pessoas eram inscritas para realizar tarefas e receber um pagamento quinzenal.

Outra medida adotada como socorro às vítimas da seca foi a distribuição de cestas básicas, mas, tinha quantidade limitada ao número de pessoas carentes de cada município, ficando assim grande parte de vítimas da seca sem assistência.

A atuação das frentes produtivas de trabalho em 1993, tinham como inovação a criação de comissões.

De acordo com Filho e Duarte temos que,

Uma das únicas inovações de destaque no funcionamento das Frentes Produtivas de Trabalho em 1993 foi a criação de comissões (Federal, Estadual e Municipal) para programarem, acompanharem e avaliarem as atividades desenvolvidas pelas Frentes, com isso, pretendeu-se dar uma maior racionalidade aos trabalhos a serem executados e, sobretudo, impedir as explorações de natureza política e os desvios de verba identificados durante secas anteriores. (FILHO; DUARTE, 2002, p. 118).

As comissões municipais, por estarem mais próximas da comunidade, listavam e selecionavam diretrizes para executar o programa no município. Como não recebia remuneração pelo trabalho, o funcionamento dessas comissões mostrou-se bastante precário pela falta de interesse de alguns membros. Dependendo da obra e do número de alistados no município, algumas obras tinham mais ênfase na formação de reservas de água.

Segundo Moreira Filho, sobre o alistamento,

A grande maioria dos alistados transportava o material para construção de barragens em latas, “bangüês” ou sacos, ou trabalhava com suas próprias ferramentas. Tal era a precariedade, que as obras careciam de solidez para que viessem a ter relevância e eficácia. Também não se poderia esperar muito dos alistados, que trabalhavam quase sempre famintos, uma vez que percebiam apenas a importância de R\$ 58,00 mensais, em duas parcelas quinzenais. (MOREIRA FILHO, 2002, p.119).

Sabemos que as Frentes Produtivas de Trabalho eram muito variadas e realizavam obras em propriedade de terceiros como também em obras públicas.

Por serem áreas de carência relacionadas às necessidades hídricas, tinha como prioridades construir obras para formação de reservas de água. Assim, a prioridade era construção de açudes, poços, pontes, barreiros, cisternas, tanques e passagens molhadas. Dependendo das necessidades de cada área também era realizada limpeza pública e recuperação de estradas estaduais, como também a recuperação de prédios públicos. Pode-se afirmar que a eficácia era limitada diante dos objetivos desejados que seria prover a região de uma infra- estrutura hídrica para amenizar os impactos de futuras estiagens.

A partir da década de 1990, começam a surgir formas diferentes de políticas públicas para minimizar os efeitos das estiagens de forma sustentável.

Corroborando com Moreira Neto, temos que:

Nesse processo, nos primeiros anos da década de 1990, com a ocorrência de mais um período de estiagens, cujo pico se registra nos anos de 1992 e 1993, começam a surgir evidências significativas de mudanças na postura de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, que reage a situação, pressionando o Governo Federal por ações imediatas de atendimento às vítimas da calamidade e de adoção de

programas permanentes para a região semiárida. Programas que tenham como parâmetro de concepção e exequibilidade a noção de sustentabilidade como elemento central da convivência entre homem e meio ambiente. (MOREIRA NETO, 2013, p.114).

Dessa forma, podemos ver que através de políticas públicas é possível assistir às vítimas da seca tendo uma relação sustentável com a Natureza.

Períodos de longa estiagem e a pobreza da população do campo exigem providências no campo tecnológico para captar, armazenar e conservar a água, como também para aumentar a produtividade das culturas próprias do semi-árido, utilizando técnicas e métodos adaptadas a região.

As dificuldades de competição da produção rural da região se alargavam. A agricultura das áreas do semi-árido entra em estágio de declínio, por conta das oscilações climáticas ficando em desvantagens devido às oscilações climáticas, ficando em desvantagens na disputa pelo mercado nacional.

Nos sertões secos do Nordeste surge a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais onde entre as reivindicações estavam a emergência, comida para os flagelados da seca e a Reforma Agrária que surgia como solução para as estiagens prolongadas. Sem alternativas para sobreviverem os flagelados da seca só tinha como opção saquear os mercados e armazéns.

Sob essa perspectiva, Costa afirma que,

Voltavam a ocorrer nos sertões nas secas dos anos cinquenta, os temidos saques. Fazendas, armazéns, bodegas, feiras livres e mercearias do interior se viam ameaçados com as levas de famintos, descendo rios e riachos ressequidos, carregando seus malotes e alforjes pendurados aos corpos que eram só o couro e o osso. (COSTA, 2003, p.127).

Essas condições, essa gente parecia não aceitar aquela condição de miséria e ficar apenas à espera da morte. Os operários, camponeses e bóias frias, enfim os pobres procuravam reagir. As lideranças políticas, sindicais, os intelectuais e a igreja perceberam que algo mudara. Os pobres não aceitavam naturalmente aquela condição de pobreza. A Região Problema passa a ser também a Região Explosiva.

A CNBB realizou em Campina Grande na Paraíba, uma Conferência que tinha como tema central a discussão e aprovação de propostas para integrar o Nordeste ao desenvolvimento do Brasil. Dessa conjunção de fatores, nasce a SUDENE.

Dessa forma, o BNB foi criado para suprir as necessidades financeiras da Região. A SUDENE foi criada na década de 50 para planejar e coordenar o desenvolvimento projetado.

Durante as secas de 1993 e 1998, foi de grande importância o Programa de Emergência coordenado pela SUDENE, que tinha medidas de socorro as populações flageladas e tecnologias apropriadas a zona semi-árida que devem continuar fazendo parte das políticas de enfrentamento das secas do Nordeste, diminuindo os impactos das futuras secas. Sabemos que os planos da SUDENE ajudaram o Nordeste a crescer, e modernizar-se.

Na cidade de Bonito de Santa Fé, por exemplo, os trabalhos emergenciais foram a solução temporária para socorrer a população que estava em desespero por perderem suas plantações e não ter com se manterem.

Portanto, os diversos problemas enfrentados no nosso tão querido “ torrão natal”, seja ele, a fome , a miséria, o analfabetismo, o coronelismo, práticas políticas eleitoreiras, acompanhada do problema ambiental da desertificação, não pode ficar de fora da História da realidade dos nordestinos sertanejos tão batalhadores e guerreiros pela sua sobrevivência.

2.2. A transposição do rio São Francisco

A seca no Nordeste brasileiro se concentra em uma área conhecida como Polígono das Secas, região de chuva irregular e um quadro de pobreza, fome e miséria. Uma das soluções apontadas para a superação dessa problemática é a da transposição do rio São Francisco, que levaria água à população carente, promovendo o desenvolvimento regional, visando à construção de dois canais para levar água do rio para regiões do Nordeste com o objetivo de diminuir o impacto da seca sobre a população do Nordeste, facilitando o desenvolvimento da região.

É importante salientar que não é bastante termos água em abundância, se essa água for desviada e não utilizada conscientemente para suprir a população nos anos de estiagem. Assim, a transposição servirá para atenuar a falta de chuvas na região nas secas que venham a surgir.

O rio São Francisco sempre despertou no Brasil uma espécie de fascínio e orgulho. É um rio que tem data de batismo e padrinho: 04 de outubro de 1501, batizado por Américo Vespúcio.

Corroborando com Costa, sobre o rio São Francisco vimos que,

Nascido nas serras das Gerais atravessa a sequidão semi-árida do Norte de Minas, da Bahia, de Pernambuco, separa Alagoas e Sergipe, onde despeja não só as águas, mas a cultura e o “jeitão” do Sertão brasileiro. (...) De fato, nos registros da História da CODEVASP, encontram-se a referida data Velho Chico. (COSTA, 2003, p.125).

O Rio São Francisco, principal recurso hídrico da região. É um assunto polêmico que divide opiniões. A população tem sofrido muito por problemas acarretados pela água escassa que gera problemas de fome e miséria.

Conforme afirma Soares,

Nesse contexto, ganha força a discussão do Projeto de Integração da Bacia do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), onde, a partir de dois pontos de captação, seriam transpostas águas para importantes açudes da região, beneficiando a população e promovendo o desenvolvimento regional. (SOARES, 2013, p.76).

Sabemos que algumas críticas e alternativas surgem quando o assunto é a seca e o projeto da transposição, porém, é preciso repensar o gerenciamento dos recursos hídricos no Nordeste. Mesmo sabendo que a transposição irá ajudar no problema de seca na região, para não causar danos ambientais e sociais, precisa haver outros projetos que garantam a qualidade da água e a sustentabilidade do rio.

O projeto de transposição do Rio São Francisco é um tema bastante polêmico, pois trata da suposta tentativa de solucionar um problema que há muito atinge as populações do semi-árido brasileiro. O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais e, depois de passar por cinco Estados brasileiros e cerca de 2,7 mil km de extensão, deságua no Oceano Atlântico na divisa entre Sergipe e Alagoas. O projeto surgiu com o argumento de sanar essa deficiência hídrica na região do Semi-Árido através da transferência de água do rio para abastecimento de açudes e rios menores na região Nordeste diminuindo a seca no período de estiagem.

A bacia do rio São Francisco estende-se pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e o Distrito Federal, inseridos nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país. A área total é de 619.543,94 km², dividida em quatro regiões fisiográficas (Alto, Médio, Submédio e Baixo).



Figura IV: Mapa da Bacia do São Francisco. Fonte: Secretaria do Ministério dos Transportes.

Segundo Soares, sobre o São Francisco, diz que

Com mais de 2.800 km de extensão, o rio São Francisco corresponde por 73% da oferta hídrica superficial nordestina. O rio nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e escoar no sentido Sul Norte. Sua foz, entre os estados de Alagoas e Sergipe, possui vazão média anual de 2.980 m³/s, o que corresponde a uma descarga média anual da ordem de 94 bilhões de m³. (SOARES, 2013, p.79).

Assim, por ser rica em recursos naturais com grande diversidade de culturas, locais históricos e centros urbanos importantes, a bacia oferece grande potencial para o turismo na região.

Ademais, a pedido do Governo Federal, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF) inseriu em suas projeções de outorgas futuras cálculos a respeito da disponibilidade hídrica em caso de transposição das águas.

É importante ressaltar três pontos do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco (PHBSF). O plano prioriza a utilização das águas para usos internos à bacia; a margem de segurança de vazão máxima (360 m³/s) é provisória e deverá ser periodicamente revista; outorgas concedidas significam direitos assegurados até o presente momento.

A idéia da transposição das águas do rio São Francisco é antiga, ainda dos tempos do Brasil Colônia. O monarca Dom João VI, às vésperas de deixar o Brasil já teria recomendado a obra a seu filho, Dom Pedro I, porém, os estudos sobre a viabilidade do projeto caíram no esquecimento devido à urgência de assuntos políticos mais imediatos.

Depois de um período, a transposição voltou a ser defendida, mas sem que nenhum empreendimento prático fosse realizado. O tema voltou a fazer parte das discussões nacionais na época do Estado Novo e reapareceu como um projeto efetivo durante o governo

Figueiredo. A idéia de integrar bacias com as águas do São Francisco passou pelos governos de Itamar Franco e FHC, mas somente saiu do papel no governo do Presidente Lula e continuaram no governo de Dilma Rousseff.

Em 1994, o Ministério da Integração Regional assumiu a apresentação do projeto, que era objeto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal passou a responsabilizar-se pelo projeto, e, em 1996, a extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais, assumiu a condução do empreendimento. A partir de 1999, o Ministério da Integração Nacional passou à condição de empreendedor do projeto e em seguida um período marcado pela realização de audiências públicas, reuniões técnicas e ações civis.

Em setembro de 2004, o Relatório de Impacto Ambiental foi apresentado, e, em 2005, a obra foi licenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), licitada e as outorgas para uso das águas aprovadas pela ANA, tornando iminente a execução do projeto. Orçado atualmente em cerca de R\$ 8,5 bilhões e financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto visa, por meio de dois pontos de captação no São Francisco. O prazo para a conclusão da obra seria dezembro de 2015.



Figura V: Mapa da transposição do Rio São Francisco. Fonte: Portal EcoDebate

O projeto tem gerado muitas críticas como o alto custo, os impactos ambientais e a dúvida de a quem a obra beneficiaria de fato. A conclusão da obra também era motivo de críticas, baseados num histórico de obras públicas inacabadas.

Segundo Moreira Neto (2013), “Maneiras diferentes de dizer e fazer a mesma coisa que apresentam resultados diversos e, em muitos momentos, conflitantes.” Assim, o projeto

de transposição das águas do São Francisco é de grande referência para a região Nordeste se beneficiar de fato a população carente através de culturas irrigadas e monoculturas frutíferas para que possa melhorar às condições sociais e econômicas dessa região tão sofrida com chuvas irregulares.

Corroborando com Moreira Neto,

A oposição ao projeto de transposição das águas do São Francisco para os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, e Alagoas, articulada por diversas entidades integrantes da ASA, aponta vários aspectos que o desmerece como proposta de desenvolvimento sustentável do Semiárido: a configuração como megaprojeto hídrico que não contemplará um contingente populacional considerável e que permanecerão vulneráveis as variações climáticas; a destinação das águas para incremento e apoio de atividades industriais e do agronegócio; o uso de vultosas somas de recursos públicos em detrimento de pequenos projetos que, por sua configuração e natureza, atingirão maior quantidade de pessoas, a um custo menor e com maiores benefícios sociais, como, por exemplo, as cisternas de placas, as barragens subterrâneas. (MOREIRA NETO, 2013, p.128).

Os projetos como o da transposição do rio São Francisco se tornaram objetos de manipulação política. Os problemas ligados à falta de água na região do semi-árido resultam basicamente da falta de um gerenciamento efetivo das ações desenvolvimentistas.

Para algumas pessoas a transposição teria um custo-benefício muito alto. O projeto do Governo Federal desconsidera a existência do expressivo volume de água local, que, se distribuído corretamente, poderia atender às necessidades de toda a população.

De acordo com Malvezzi, sobre essa polêmica, temos que:

A polêmica que se formou em torno da transposição do rio São Francisco não opõe os que têm água aos que não a tem. O que está em jogo é a continuidade da indústria da seca, que vende mitos para fazer fortuna e poder, mantendo a miséria do povo. É preciso ficar claro: a transposição não foi concebida para saciar a sede de pessoas e animais, mas para alimentar a indústria da irrigação voltada para exportação. Para saciar a sede humana existe soluções locais muito mais baratas. (MALVEZZI, 2007, p.40).

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o projeto da transposição está vinculado ao projeto do agronegócio, criação de camarão e ao hidronegócio, com a privatização do uso e controle das águas apenas para ganhar dinheiro.

Segundo Ab'saber,

O risco final é que a transposição acabe por significar apenas um canal tímido de água, de duvidosa validade social e econômica, servindo apenas para movimentar o mercado especulativo da terra e da política,

transformando todo o espaço em mercadoria. (...) uma proposta integrativa deve tecer esforços para um mapeamento dos sertões que incluam dados da vida sertaneja, a fim de mostrar todos os problemas que incidem sobre as comunidades da região. (AB'SABER, 2011).

Dessa forma, é importante fazer açudes comunitários, cisternas de placas, barragens e propor uma educação ambiental nas escolas nordestinas para melhorar o convívio do sertanejo com o clima semi-árido.

A situação da seca na região do semi-árido tem como agravante uma gestão sustentável de recursos hídricos, onde os desperdícios e a falta de planejamento geram perdas de um recurso escasso. Precisamos de ações conjugadas como poços, açudes e cisternas. Precisamos também de uma educação ambiental para conscientizar e evitar o desperdício.

Concordando com Edmilson Soares,

A transposição é uma alternativa importante à seca e ao desenvolvimento regional, deve ser considerada, visto que o rio São Francisco é o único curso d'água que passa no semi-árido brasileiro e mantém-se caudaloso o ano inteiro. Porém, ela só conseguirá atender à sua finalidade quando os fatores acima citados forem considerados minimamente satisfatórios, e, claramente, não é essa a situação atual. (SOARES, 2013, p.84).

Portanto, com a execução do projeto de sustentabilidade hídrica depende da proteção ao ecossistema, onde é necessário maior vontade política dos administradores públicos, cujo interesse maior deve ser propiciar condições dignas de sobrevivência para a população sertaneja pois sabemos que água como plataforma política não gera desenvolvimento.

O único consenso no projeto da transposição era a necessidade da recuperação de toda mata ciliar do rio. Não era apresentado à sociedade nenhum projeto para manter a vitalidade do rio. O projeto andou a passos lentos onde somente alguns setores do governo Dilma apresentaram um projeto de desenvolvimento integrado do São Francisco.

É preciso lembrar que a transposição apresenta uma solução para a escassez da água, mas ela também gera problemas, pois pode provocar a desertificação da região se não houver um resgate do rio, visto que a barragem de Sobradinho tem apresentado baixos níveis de água ultimamente. Deve haver um projeto que recupere a mata ciliar e também garanta emprego e renda para toda população no entorno do rio.

Mesmo sendo visto como a grande solução para o problema da seca do Nordeste, de acordo com o licenciamento do projeto, atingirá apenas 5% do território semi-árido brasileiro e 0,3% serão beneficiados. A população terá apenas 4% da água destinada para seu uso e 26%

para uso urbano e industrial e 70% para a irrigação. Dessa forma, a questão apontada pelos movimentos sociais volta a ser lembrada onde dizem que “o problema nordestino nunca foi a seca, mas as cercas.”



Figura VI: Canal da transposição do São Francisco. Fonte: Ministério da Integração Nacional

As áreas próximas aos eixos da transposição são de interesse público o que deveria ser destinado à agricultura familiar pela reforma agrária. O que não pode acontecer é que o grande beneficiário das águas sejam os “coronéis do sertão.” A qualidade da água do São Francisco, deve ser questionada, pois o uso intensivo de agrotóxico nas áreas irrigadas pode produzir efeitos externos à saúde humana e ao meio ambiente.

Portanto, o projeto da transposição traz muitas esperanças para a população do semi-árido nordestino. O principal argumento favorável ao projeto de integração das bacias, como é tecnicamente chamada à transposição, é que “quem tem sede tem pressa.” Devemos lembrar que as “cercas” são um problema maior que a seca e que os domínios baseados na posse do território com água, sejam rompidos por meio de um projeto de desenvolvimento integrado, que venha trazer benefícios sem causar novos problemas.

CAPÍTULO III

IMPACTOS SOCIAIS DA SECA NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – PB EM 1993/1994.

A seca de 1993/1994 foi um fenômeno que marcou a memória de muitos bonitenses onde muitos deles falam do sofrimento que passaram nos serviços emergenciais. Varias indagações despertaram a minha atenção para pesquisar sobre essa temática que atinge a população do semi-árido nordestino.

A cidade de Bonito de Santa Fé, originou-se a partir da emigração dos habitantes da Vila Santa Fé, que era um sítio localizado perto do Rio Piranhas e que tornou-se um povoado de muitos conflitos. Com isso, as pessoas dessa vila migraram para outro sítio onde construíram suas casas, formando um novo povoado que cresceu bastante e hoje é a cidade de Bonito de Santa Fé.

Caju, discorrendo sobre a origem de Bonito de Santa Fé, afirma, em seu livro, que *“(...) a maioria dos habitantes de Santa Fé procurou refugio numa ampla área Planaltina no sítio “Bonito”, localizado nas fronteiras do Ceará, onde passou a construir suas casas”*. (CAJU, 1991, p.22).

O povoado de Bonito pertencia ao município de São José de Piranhas e, com a emancipação política, passa a ser designado Bonito de Santa Fé, segundo a Lei Estadual nº 520, de 31-12-1943, constituído de dois distritos: Bonito e Monte Horebe. A Lei Estadual nº 2608, de 05 de dezembro de 1961 desmembrou o distrito de Monte Horebe. O município de Bonito de Santa Fé tem o distrito do Viana sob seu domínio.

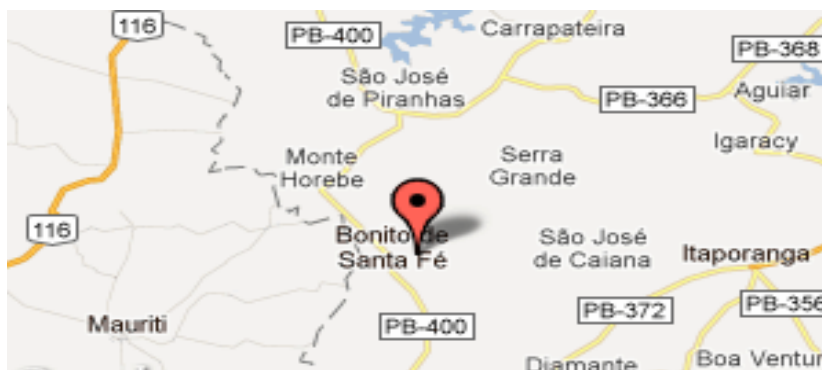


Figura VII: Limites do município de Bonito de Santa Fe- PB

O município localiza-se na região oeste do Alto Sertão da Paraíba, micro região de Cajazeiras, a uma distância de 570 km da capital e a 760 metros de altitude. Por ter uma altitude elevada em relação ao nível do mar, a cidade de Bonito de Santa Fé é carinhosamente chamada de “suíça brasileira”, por ter um clima frio em grande parte do ano.



Figura VIII: A distância de Bonito de Santa Fé para a capital João Pessoa.

O período de estiagem de 1993/1994 foi uma época onde muitas pessoas passaram necessidades e tiveram como alternativa as frentes de emergência mantidas pelo Governo Federal, a quem cabe a maior responsabilidade pelas medidas de socorro às vítimas dos desastres naturais, onde havia começado a alistar os flagelados da seca.

Depoimentos como o do senhor Antonio Alcântara de Matos 64 anos, nos ajuda a compreender um pouco dessa experiência:

Trabalhei no escritório da emergência como apontador. Preparava as folhas e visitava os trechos. Os critérios para se alistar era que a pessoa tinha que ser de baixa renda e ser maior de idade e passavam por uma entrevista. O pagamento era mensal e recebiam cesta básica. As pessoas trabalhavam em locais próximos e vinham para a cidade nos dias de pagamentos. Visitava o trecho entregando todo o material aos feitores que distribuía para os trabalhadores. O trabalho era roçar as estradas, tapar buracos, fazia barreiros e cavava poços amazonas. Os saques aconteciam principalmente nos dias de feiras livres. Aos poucos as pessoas iam chegando carregando sacos nas costas se reuniam e invadiam o comércio e mercearias. Havia resistência pelos comerciantes que depois de muitos saques chegavam a ter pena da situação e doavam pequenas feiras para os flagelados da seca. (Entrevista concedida ao autor em 08/07/2017).

A fala de seu Antonio Alcântara permite-nos perceber o impacto que teve essa seca na vida das pessoas, pois segundo o mesmo não tinha vagas para todos e tinha que ser entrevistados para saber se tinha realmente grande necessidade.

Corroborando com a fala de Antonio Alcântara, o agricultor e bonitense Francisco de Sousa de 48 anos, nos diz:

As pessoas perderam praticamente tudo. Nessa época o governo mandou emergência para alistar o pessoal para trabalhar porque não houve safra para os agricultores sobreviverem. Eram alistados por comunidades onde cada área tinha as comunidades no meu caso foi no Sítio Paraguai e trabalhamos em estradas e paredes de açudes durante quatro horas por dia. Houve muitos saques onde eu mesmo presenciei alguns no mercado de Deusimar Pereira e outro no do seu irmão conhecido como Assis do Bode. Quando as pessoas invadiam os armazéns para pegar os cereais os donos estavam preparados para jogar cimento na cara dos invasores e muitos saíam como cegos do estabelecimento. Foi construído barragens, açudes e estradas era a função dos “cassacos” como éramos chamados naquela época. O governo enviava cestas básicas e agente recebia umas fichas e com elas recebia a “feira da boboca”, como era conhecida. Vinha muita massa de milho, arroz, fubá, muita sardinha e carne de soja para fazer sopa. O pagamento era feito de trinta em trinta dias, mas às vezes atrasava, mas sempre era mensal. A gente fazia uma fila em frente ao mercado público e tinha uma equipe para fazer o pagamento. A seca durou de um ano a dois anos até chegar o inverno em 1995 que foi um ano bom de inverno aí cessou a emergência. Tinha alguns critérios para alistar-se. Eles faziam entrevistas para saber se estava passando necessidade e se enquadrava nos critérios. O feitor tinha a folha de ponto que a gente assinava e eram pessoas conhecidas. Existia uma ordem que a gente cumpria e se faltasse um dia colocava falta e descontava no pagamento. (Entrevista concedida ao autor em 19/07/2017).

De acordo com essas afirmações podemos perceber que a seca de 1993/1994 alterou o cotidiano dos bonitenses e que a única possibilidade para sobrevivência foi participar de frentes emergenciais.

Segundo relatos de Francisco Sousa, havia indicação de pessoas para se alistar na emergência onde ele mesmo foi indicado pelo Sr. Antonio Arruda de Sousa, que era um homem influente na região que ele residia. Ele afirma também que devido aos programas criados pelo governo popular, não há mais necessidade de emergência para suprir a carência do povo necessitado.

Portanto, os trabalhos emergenciais eram a possibilidade de enfrentar os efeitos da seca de forma digna. Para o senhor Antonio Leite Dourado de 61 anos, esses trabalhos temporários eram a solução de não passar fome durante a seca:

Os trabalhos emergenciais eram trabalhos de roçar as estradas e tapar buracos. As frentes eram nos Sítios Piedade, Vazante, Caldeirão e Recanto. Começava de 07h00m as 11h00m e de 13h00m as 17h00m e vinha almoçar em casa. Nós íamos a pé e de sete horas era para estar no trecho e se não chegasse o feitor colocava falta. Não passávamos fome, mas passamos muita necessidade. Esses trabalhos temporários eram a solução para não passar fome durante a seca. Esses trabalhos ampararam minha família para não passar fome. A moeda da época era o Cruzeiro. O pagamento era mensal e nós íamos à cidade para receber. Depois que o governo criou os programas sociais como bolsa família, as pessoas não passam mais necessidades. Apesar de perder quase toda a lavoura, mas no fim do mês não falta a feira. (Entrevista concedida ao autor no dia 14/ 07/2017).

Para o senhor Antonio Dourado o trabalho nessas frentes foi o que amparou sua família que passava grande necessidade, pois não tinha outro meio de ganhar dinheiro e que dependia da agricultura, mas não podia garantir seu sustento porque não tinha chovido há muito tempo. Podemos entender que o feitor era o elo entre a empresa que realizava a obra e os trabalhadores. Ele tinha uma função de controle sobre as obras realizadas e os “casacos”.

Nem todos os que necessitavam conseguiam fazer parte dos trabalhos, pois para participar faziam uma entrevista e um alistamento onde só podiam alistar-se pessoas de baixa renda. Algumas pessoas pensam diferentes e acreditam que os trabalhos emergenciais foi apenas um método encontrado pelo governo para ajudar os flagelados.

Segundo relatos do senhor Aparecido Silva Araujo, de 48 anos, afirmou que as mulheres trabalhavam até mesmo grávidas:

Nessa época foi uma seca muito grande onde os agricultores perderam suas lavouras. Nesta seca não houve nem cem milímetros de chuva, perdemos tudo. Com isso o governo mandou as frentes de emergências. O trabalho era reformando as paredes dos açudes e outras paredes para fazer por completo. Tinha as turmas de trabalho compostas por vinte homens. Houve muitos saques onde foram saqueados até os armazéns, os prédios que guardava os legumes enviados pelo governo para distribuir para os emergenciados e saqueavam até as escolas que guardavam os alimentos. Os saques eram feitos por muitas pessoas que não conseguiram se alistar nas frentes de trabalho e por estar passando necessidades, saqueavam onde tinha alimentos. Vinha do governo, o feijão da boboca, o feijão preto “o saltador” que ficava pulando na panela que era muito duro e demorava em cozinhar. Nós colocávamos no fogo de manhã e meio dia ainda estava duro. O feijão passava anos e anos guardado, e só era distribuído na seca. Vinha também a massa de milho e arroz. Nós recebíamos o pagamento no mercado público, era uma parte com quinze dias e outra parte no final do mês. A polícia organizava a fila para o pagamento. A água era trazida em carros pipas e colocada em tanques construídos pela prefeitura aí a gente tinha que acordar muito cedo para ficar na fila e pegar água em lata de querosene para levar para casa. Os feitores ganhavam mais que nós porque ele mandava nas turmas e a responsabilidade dele era maior. Passamos muita fome, passamos sede e muita necessidade porque foram dois anos seguidos de seca. Por isso houve muitos saques devido à fome que assolava a região. O deslocamento era a pé, eu saía do sítio Bonito Velho para o sítio Paraguai e para o sítio Juazeirinho a pé e voltava a pé. Muitos vinham para casa e outros, como o feitor e alguns trabalhadores ficavam em barracas e cozinham o feijão da boboca no próprio trecho e misturava com arroz e fazia um baião. As mulheres trabalhavam também. Minha mãe trabalhou e minha sogra, inclusive elas trabalhavam em trechos só para mulheres. Minha sogra trabalhou até grávida. Quem comandava as turmas de mulheres era uma feitora.

Assim, podemos afirmar que os trabalhos emergenciais foram a única solução para os problemas enfrentados com a seca e que mesmo trabalhando muito e se deslocando a pé para o trabalho, era compensável, pois não tinham nenhuma fonte de renda. A emergência ajudou a muitos pais de família sobreviverem com seus filhos.

Mediante as declarações dos depoentes e as explicações, podemos compreender o contexto dessa seca como também o momento histórico em que ela acontece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender, com base neste estudo realizado que o problema de seca está além das questões naturais e que a atuação mais intensa de novos atores sociais estão mudando as formas de pensar e agir na região do semi-árido, sendo adotadas diversas ações e alternativas que possibilitasse a convivência com o semi-árido.

Os questionamentos e relatos realizados com a comunidade de Bonito de Santa Fé nos apresentam um Semiárido diferente daquele que é apresentado por segmentos políticos, tendo a seca como fator determinante de toda pobreza da região. Apesar das dificuldades, a população procura se organizar buscando formas de superá-las. Precisamos diminuir os efeitos da seca sobre a população, contribuindo para melhores condições de vida da parcela mais pobre e também respeitando o meio ambiente.

A grande seca de 1877 a 1879 foi o pior desastre social que se abateu sobre a sociedade brasileira e que propiciou mudanças da maneira como o governo e a sociedade brasileira viam as secas, onde procurava soluções para as secas surgindo assim as primeiras políticas públicas de combate à seca.

Atualmente, os programas sociais implantados pelos governos ao longo dos tempos reduziram os impactos sobre as populações e as instituições preocuparam-se com a gestão da quantidade de água nos açudes. A transposição do rio São Francisco constitui-se em uma grande obra de infra-estrutura hídrica para fortalecimento da água. É preciso reconhecer que algo foi feito para que a sociedade nordestina possa crescer e melhorar as condições da população da região, que em condições naturais, não teria a mínima condição de sustentabilidade. Há muitos desafios como a erradicação da pobreza, as desigualdades sociais, a quantidade e a qualidade das águas dos reservatórios e a eliminação da poluição da água, que se constitui em grandes desafios para o futuro.

A convivência com o semiárido está na compreensão do clima e das ações executadas para nos adaptarmos a ele, onde possamos estocar os bens nas épocas das chuvas para usufruirmos desses bens nos anos sem chuvas. Tanto alimentos como a água devem ser bem guardados e utilizados conscientemente em épocas de estiagem.

Após realizar essa pesquisa sobre a seca e a emergência em Bonito de Santa Fé, podemos concluir que os serviços emergenciais foram de grande importância para socorrer aquelas pessoas que passavam grande necessidade diante da situação de seca e fome que se encontravam. A emergência, como o próprio nome já diz, é uma situação crítica, caso de

urgência, contribuiu em muito para a sobrevivência dos sertanejos e também ajudou na realização de algumas obras. Percebemos que existem algumas lacunas para explicar melhor o tema proposto, pois a História possui lacunas temporais sujeitas a análises e novos fatos, ampliando as possibilidades históricas.

Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos José Nilson B. Campos I

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **A quem interessa a transposição do São Francisco?** Envolverde, São Paulo (SP), 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 27 de jun. 1997.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino. De problema a solução. (1887- 1922).** Dissertação (UNICAMP), 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A Seca: realidade e mito.** Editora ASA, Pernambuco. 1985.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **As secas do Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos.** Recife: SUDENE, 1981.
- CAJU, Sandoval. **O conservador.** 2 ed. Oficinas de serviços Gráficos de Alagoas, Maceió-Alagoas, 1991.
- CAMPOS, José Nilson Bezerra; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas, origens, causas e soluções.** 2001.
- CAMPOS, José Nilson Bezerra. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** UFCE, 2013.
- CARVALHO, Otamar de. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste.** Série: Desenvolvimento Regional. Brasília: MINTER, 1973.
- CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.
- COSTA, José Jonas Duarte da. **Seca, pobreza e desertificação na Paraíba.** Saeculum – Revista de história Nº 8/9 – Jan./Dez. /2002-2003.
- DINIZ, Maria Cirana Laíse. **A seca na década de 1970 em Bonito de Santa Fé: os trabalhos emergenciais.** (Monografia). Cajazeiras, 2013. UFCG/ CFP.
- DUARTE, Renato Santos. **As secas no Nordeste: recorrência climática e descontinuidade na ação pública.** 2002. Acesso em 27 de jun 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile>.
- DUARTE, Renato Santos. **Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999.** Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1993.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** 2ª ed. São Paulo. 2006.
- GALENO, Juvenal. **Lendas e canções populares.** 4ª Ed. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1978.
- GROSSMANN, Wilma. **A seca no Nordeste: O “cheiro” da fome.** 1990.

- HEIDMENN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2006.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba. Lutas e resistências**. João pessoa: a União, 2002.
- MELO, Josemir Camilo de. **O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil**. <https://www.google.com.br/search?> Acesso em: 05/07/2017.
- MENEZES, Edith Oliveira. **Seca no Nordeste: desafios e soluções**. Editora Atual. 2002.
- MOREIRA FILHO, José de Castro. **A seca de 1993: crônica de um flagelo anunciado/** José de Castro Moreira Filho, Osmil Torres Galindo Filho, Renato Santos Duarte. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- MOREIRA NETO, Mariana. **Outro sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2013.
- PENA, Rodolfo F. Alves. **Por que no Nordeste há seca?** Brasil Escola.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 74ª Ed. 1998.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 18. 2003.
- SOARES, Edmilson. **Seca no Nordeste e a Transposição do Rio São Francisco**. Vol. 9, 2013.
- TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Edições Demócrito Rocha. Acervo, 1ª Ed. Fortaleza 2002.
- TYRONE, Apollo Pontes Cândido. **A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas na passagem do século XIX**. Revista Mundos do trabalho. Vol. 08. Nº 15. 2016.
- VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. SÃO PAULO: ÁTICA, 2000.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SOBRE OS TRABALHOS EMERGENCIAIS NA SECA NOS ANOS DE 1993/1994.

1. Antonio Alcântara de Matos (AA)

Entrevista realizada pelo autor às 12:30 min. na residência do depoente em Bonito de Santa Fé, no dia 07 de julho de 2017.

DS: Qual o seu nome?

AA: Antonio Alcântara de Matos.

DS: Qual era sua função?

AA: Trabalhei no escritório da emergência como apontador, preparava as folhas e visitava os trechos.

DS: Como era o trabalho?

AA: O trabalho era roçar as estradas, arrancar tocos, tapava buracos nas estradas, fazia barreiros e cavava poços amazonas.

DS: Quais os critérios para alistar-se?

AA: As pessoas tinham que ser de baixa renda, tivesse grande necessidade e maior de idade.

DS: Como era o deslocamento do pessoal da cidade para o trecho?

AA: Eles iam à pé porque não era muito distante da cidade.

DS: O Senhor apontava todos os alistados?

AA: Só apontava o pessoal da cidade, mas entregava todo o material como picareta, chibanca, carroça, aos feitores e eles distribuía para os trabalhadores.

DS: Como eram os saques?

AA: Os saques aconteciam principalmente nos dias de feiras livres, aos poucos as pessoas iam chegando carregando sacos nas costas se reuniam e invadiam o comércio e mercearias. Havia resistência pelos comerciantes que depois de muitos saques chegavam a ter pena da situação e doavam pequenas feiras para os flagelados da seca.

2. Francisco de Sousa Rodrigues (FS)

Entrevista realizada pelo autor às 18: 00 na residência do depoente, em Bonito de Santa Fé, no dia 19 de julho de 2017.

DS: Qual o seu nome?

FS: Francisco de Sousa Rodrigues.

DS: Como foi a seca de 1993?

FS: As pessoas perderam praticamente tudo. Nessa época o governo mandou emergência para alistar o pessoal para trabalhar porque não houve safra para os agricultores sobreviverem.

DS: Como eram as frentes emergenciais?

FS: Eram alistados por comunidades onde cada área tinha as comunidades no meu caso foi no Sítio Paraguai e trabalhamos em estradas e paredes de açudes durante quatro horas por dia.

DS: Nessa época houve saques?

FS: Houve muitos saques onde eu mesmo presenciei alguns no mercado de Deusimar Pereira e outro no do seu irmão conhecido como Assis do Bode. Quando as pessoas invadiam os armazéns para pegar os cereais os donos estavam preparados para jogar cimento na cara dos invasores e muitos saíam como cegos do estabelecimento.

DS: O que foi construído nessa época?

FS: Foi construído barragens, açudes e estradas era a função dos “cassacos” como éramos chamados naquela época.

DS: As pessoas recebiam algum alimento?

FS: Sim, o governo enviava cestas básicas e a gente recebia umas fichas e com elas recebia a “feira da boboca”, como era conhecida.

DS: O que vinha na feira que recebiam?

FS: Vinha muita massa de milho, arroz, fubá, muita sardinha e carne de soja para fazer sopa.

DS: Como era o pagamento dos emergenciados?

FS: Era feito de trinta em trinta dias mas as vezes atrasava mas sempre era mensal.

DS: Onde recebiam os pagamentos?

FS: A gente fazia uma fila em frente ao mercado público e tinha uma equipe para fazer o pagamento.

DS: Quanto tempo durou os trabalhos emergenciais?

FS: Durou um ano a dois anos até chegar o inverno em 1995 que foi um ano bom de inverno aí cessou a emergência.

DS: Quais eram os critérios para se alistar?

FS: Tinha alguns critérios. Eles faziam entrevistas para saber se estava passando necessidade e se enquadrava nos critérios.

DS: Como era o tratamento com os trabalhadores?

FS: O feitor tinha a folha de ponto que a gente assinava e eram pessoas conhecidas. Existia uma ordem que a gente cumpria e se faltasse um dia colocava falta e descontava no pagamento.

3. Antonio Leite Dourado (AL)

Entrevista realizada pelo autor, às 11h00m, na residência do depoente, no Sítio Piedade, no dia 14 de julho de 2017.

DS: Como é seu nome?

AL: Antonio Leite Dourado.

DS: Como eram os trabalhos nas frentes emergenciais?

AL: Eram trabalhos de roçar as estradas e tapar buracos.

DS: Onde eram as frentes de trabalho?

AL: Eram nos Sítios Piedade, Vazante, Caldeirão e Recanto.

DS: Quantas horas trabalhavam por dia?

AL: Começava de 7:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00 e vinha almoçar em casa.

DS: Como era o deslocamento para as frentes de trabalho?

AL: Era a pé e de sete horas era para estar no trecho e se não chegasse o feitor colocava falta.

DS: As pessoas passavam fome?

AL: Fome não passaram, mas passaram muita necessidade.

DS: Como era o pagamento?

AL: Era mensal e nos íamos para cidade para receber.

DS: Qual a moeda da época?

AL: A moeda era o Cruzeiro.

DS: Porque nos dias atuais quando é época de seca não existe mais pessoas passando fome? O que mudou?

AL: Depois que o governo criou os programas sociais como o bolsa família, as pessoas não passam mais necessidades. Apesar de perder quase toda a lavoura, mas no fim do mês não falta a feira.

4. Aparecido Silva Araujo (AS)

Entrevista realizada pelo autor às 18:00 na residência do depoente, no Bairro Jardim das Neves, no dia 02 de agosto de 2017.

DS: Como foi a seca de 1993/1994?

AS: Nessa época foi uma seca muito grande onde os agricultores perderam suas lavouras, foi uma seca onde não houve nem cem milímetros de chuva, perdemos tudo. Com isso o governo mandou as frentes de emergências.

DS: Como eram os trabalhos na emergência?

AS: O trabalho era reformando as paredes dos açudes e outras fazer por completo. Tinha as turmas de trabalho compostas por vinte homens.

DS: Houve saques nesses anos?

AS: Sim, houve muitos saques onde foram saqueados até os armazéns, os prédios que guardava os legumes enviados pelo governo para distribuir para os emergenciados, saqueavam as escolas que guardavam os alimentos.

DS: Esses saques eram feitos por quem?

AS: Eram feitos por muitas pessoas que não conseguiram se alistar nas frentes de trabalho e por estar passando necessidades, saqueavam onde tinha alimentos.

DS: Quais os alimentos que eram distribuídos na cesta básica?

AS: Era o feijão da boboca, o feijão preto “o saltador” que ficava pulando na panela que era muito duro e demorava para cozinhar. Colocava no fogo de manha e meio dia ainda estava duro. O feijão passava anos e anos guardado, e só era distribuído na seca. Vinha também a massa de milho e arroz.

DS: Como era a forma de pagamento?

AS: Nós recebíamos o pagamento no mercado público e uma parte com quinze dias e outra parte no final do mês. A polícia organizava a fila para o pagamento.

DS: Como era o abastecimento de água na cidade?

AS: A água era trazida em carros pipas e colocada em tanques construídos pela prefeitura aí a gente tinha que acordar muito cedo para ficar na fila e pegar água em lata de querosene para levar para casa.

DS: O feitor ganha a mesma quantia que vocês?

AS: Sim, ele ganhava mais que agente porque ele mandava nas turmas e a responsabilidade dele era maior.

DS: Nessa época as pessoas passaram fome?

AS: Passaram muita fome, passaram sede e muita necessidade porque foram dois anos seguidos de seca. Por isso fizeram muitos saques devido a fome que passavam.

DS: Como era o deslocamento de vocês?

AS: O deslocamento era a pé, eu saía do Bonito Velho para o sitio Paraguai e para o sitio Juazeirinho a pé e voltava a pé.

DS: Como era para se alimentar?

AS: Muitos vinham para casa e outros como o feitor e alguns trabalhadores ficavam em barracas e cozinham o feijão da boboca no próprio trecho e misturava com arroz e fazia um baião.

DS: Você lembra se as mulheres trabalhavam?

AS: Trabalhavam sim. Minha mãe trabalhou, minha sogra, inclusive elas trabalhavam em trechos só para mulheres. Minha sogra trabalhou até grávida. Quem comandava as turmas de mulheres era uma feitora.

TABELA 1

| Sítio | Homens | Mulheres |
|-------------------|---------------|-----------------|
| Chico Carlos | 44 | 02 |
| Piedade | 34 | 17 |
| Pau D'água | 40 | 05 |
| Barriguda | 27 | 17 |
| Serrote | 25 | 10 |
| Chapéu | 49 | 28 |
| Cachoeirinha | 25 | 13 |
| Areias | 25 | 18 |
| Mateus | 35 | 10 |
| Bartolomeu | 33 | 11 |
| Bonguinha | 29 | 07 |
| Campo Alegre | 38 | 22 |
| Distrito do Viana | 74 | 04 |
| Cidade | 97 | 29 |
| Paraguai | 35 | 09 |

Tabela 1: Relação da quantidade pessoas que trabalharam nas frentes emergenciais no município de Bonito de Santa Fé – PB em 1993/1994.

Triste Partida
Patativa do Assaré

Meu Deus, meu Deus
Setembro passou
Outubro e Novembro
Já tamo em Dezembro
Meu Deus, que é de nós,
Meu Deus, meu Deus
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz
Ai, ai, ai, ai

A treze do mês
Ele fez experiência
Perdeu sua crença
Nas pedras de sal,
Meu Deus, meu Deus
Mas noutra esperança
Com gosto se agarra
Pensando na barra
Do alegre Natal
Ai, ai, ai, ai

Rompeu-se o Natal
Porém barra não veio
O sol bem vermeio
Nasceu muito além
Meu Deus, meu Deus
Na copa da mata
Buzina a cigarra
Ninguém vê a barra
Pois a barra não tem
Ai, ai, ai, ai

Sem chuva na terra
Descamba Janeiro,
Depois fevereiro
E o mesmo verão
Meu Deus, meu Deus
Entonce o nortista
Pensando consigo
Diz: "isso é castigo
não chove mais não"
Ai, ai, ai, ai

Apela pra Março
Que é o mês preferido
Do santo querido
Senhor São José
Meu Deus, meu Deus
Mas nada de chuva
Tá tudo sem jeito
Lhe foge do peito
O resto da fé
Ai, ai, ai, ai

Agora pensando
Ele segue outra tria
Chamando a famia
Começa a dizer
Meu Deus, meu Deus
Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nós vamos a São Paulo
Viver ou morrer
Ai, ai, ai, ai

Nós vamos a São Paulo
Que a coisa tá feia
Por terras alheia
Nós vamos vagar
Meu Deus, meu Deus
Se o nosso destino
Não for tão mesquinho
Cá pro mesmo cantinho
Nós torna a voltar
Ai, ai, ai, ai

E vende seu burro
Jumento e o cavalo
Inté mesmo o galo
Venderam também
Meu Deus, meu Deus
Pois logo aparece
Feliz fazendeiro
Por pouco dinheiro
Lhe compra o que tem
Ai, ai, ai, ai

Em um caminhão

Ele joga a fãmia
Chegou o triste dia
Já vai viajar
Meu Deus, meu Deus
A seca terrível
Que tudo devora
Lhe bota pra fora
Da terra natá
Ai, ai, ai, ai

O carro já corre
No topo da serra
Oiando pra terra
Seu berço, seu lar
Meu Deus, meu Deus
Aquele nortista
Partido de pena
De longe acena
Adeus meu lugar
Ai, ai, ai, ai

No dia seguinte
Já tudo enfadado
E o carro embalado
Veloz a correr
Meu Deus, meu Deus
Tão triste, coitado
Falando saudoso
Seu filho choroso
Exclama a dizer
Ai, ai, ai, ai

De pena e saudade
Papai sei que morro
Meu pobre cachorro
Quem dá de comer?
Meu Deus, meu Deus
Já outro pergunta
Mãezinha, e meu gato?
Com fome, sem trato
Mimi vai morrer
Ai, ai, ai, ai

E a linda pequena
Tremendo de medo
"Mamãe, meus brinquedo
Meu pé de fulô?"
Meu Deus, meu Deus
Meu pé de roseira
Coitado, ele seca

E minha boneca
Também lá ficou
Ai, ai, ai, ai

E assim vão deixando
Com choro e gemido
Do berço querido
Céu lindo azul
Meu Deus, meu Deus
O pai, pesaroso
Nos filho pensando
E o carro rodando
Na estrada do Sul
Ai, ai, ai, ai

Chegaram em São Paulo
Sem cobre quebrado
E o pobre acanhado
Procura um patrão
Meu Deus, meu Deus
Só vê cara estranha
De estranha gente
Tudo é diferente
Do caro torrão
Ai, ai, ai, ai

Trabaia dois ano,
Três ano e mais ano
E sempre nos prano
De um dia vortar
Meu Deus, meu Deus
Mas nunca ele pode
Só vive devendo
E assim vai sofrendo
É sofrer sem parar
Ai, ai, ai, ai

Se alguma notícia
Das banda do norte
Tem ele por sorte
O gosto de ouvir
Meu Deus, meu Deus
Lhe bate no peito
Saudade lhe molho
E as água nos óio
Começa a cair
Ai, ai, ai, ai

Do mundo afastado
Ali vive preso

Sofrendo desprezo
Devendo ao patrão
Meu Deus, meu Deus
O tempo rolando
Vai dia e vem dia
E aquela fãmia
Não vorta mais não
Ai, ai, ai, ai

Distante da terra

Tão seca mas boa
Exposto à garoa
À lama e o paú
Meu Deus, meu Deus
Faz pena o nortista
Tão forte, tão bravo
Viver como escravo
No Norte e no Sul
Ai, ai, ai, ai

Asa Branca
Luiz Gonzaga

Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão

Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na plantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração

Vozes da Seca
Luiz Gonzaga

Seu doutô os nordestino
têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista
nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola
a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha
ou vicia o cidadão.

É por isso que pidimo
proteção a vosmicê
Home pur nós escuído
para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado
temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade
do Brasil tá sem cumê

Dê serviço a nosso povo,
encha os rio de barragem
Dê cumida a preço bom,
não esqueça a açudagem.
Livre assim nós da ismola,
que no fim dessa estiagem
Lhe pagamo inté os juru
sem gastar nossa coragem

Se o doutô fizer assim
salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim,
que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca,
vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino
mercê tem nas vossa mãos.

ISSO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
 DATA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
 DATA DE VIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
 PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - PPTS/PB
 DATA - FEVER/94
 REF - 17 QUINZENA
 FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO
 MUNICIPIO : BONITO DE SANTA FE

FRENTE : 017 LOCALIDADE - SEDE

| FRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIIQUIDO |
|-------------|------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| 0.017.001-2 | ANTONIO PAULINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.002-0 | ANTONIO PAULO DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.003-9 | ANTONIO FERREIRA DO NASCIMEN | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.004-7 | ANAIDE DE SOUSA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.005-5 | ANA LUCIA BARBOSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.006-3 | ANTONIO BARBOSA ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.007-1 | ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.008-0 | ANTONIO GERMANO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.009-8 | ANTONIO MIGUEL PEREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.010-1 | ANTONIO DOMINGOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.011-0 | ANTONIO RODRIGUES DE ANDRADE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.012-8 | ALZIRA MARIA DA CONCEICAO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.013-6 | ALDENORA NUNES DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.014-4 | ANTONIO PINTO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.015-2 | ANTONIO PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.016-0 | ANTONIO MARCOS LOPES FERREIR | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.017-9 | ANTONIO MANOEL VITAL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.018-7 | ANTONIO PEREIRA VENCESLAU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.019-5 | ANTONIO ALCANTARA DE MATOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.020-9 | ALBERTINO CIPRIANO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.021-7 | AGRIPINO CAMPOS DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.022-5 | ADALBERTO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.023-3 | AGENOR RODRIGUES DO NASCIMEN | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.024-1 | ANTONIO FIRMINO DE MOURA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.025-0 | ANTONIO CLEMENTINO DE SANTAN | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.026-8 | ANTONIO DAMASIO NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.027-6 | ANTONIO ALVES DE BRITO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.028-4 | ANTONIO CHAGAS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.029-2 | ANTONIO EVERTON LUCENA PEREI | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.030-0 | ANTONIO PEREIRA DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.031-4 | ANTONIO GOMES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.032-2 | ANTONIO AQUINO RAMALHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.033-0 | ANTONIO ALBERTO PINTO DE SOU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.034-9 | ANTONIO ALEXANDRE DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.035-7 | COSME VICTOR DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.036-5 | CLEDIVAN BATISTA PEREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.037-3 | CICERA RIBEIRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.038-1 | CICERO PEREIRA LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.039-0 | CICERO FERREIRA LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.040-3 | CICERO GABRIEL DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.041-1 | CICERO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.042-0 | CAMILA PEDRO DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.043-0 | CICERO GOMES BIZERRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.044-6 | CARLOS EVANDRO SOUSA RAMALHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 0.017.045-4 | CAMILO VICTOR DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

A F A S T A D O

IOMAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
 PLANEJAMENTO - SEPLAN
 DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
 UNIES PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PS
 FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTES DE TRABALHO
 MUNICIPIO : BONITO DE SANTA FE

PAG - 07

DATA - FEVER/94
 REF - 17 QUINZENA

FRENTE : 005 LOCALIDADE - PIEDADE

| LA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|-----------------|------------------------------|-------------------|--------------------|----------|
| .001-7 | ANTONIO BIZERRA SOBRINHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .002-5 | ALUISIO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .003-3 | ANTONIO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .004-1 | ANTONIO BARBOSA DE LIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .005-0 | ANTONIO LUZIER PIRES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .006-8 | ASSIS ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .007-6 | ANTONIO LEITE DOURADO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .008-4 | DUCIVAL RODRIGUES SOARES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .009-2 | DUDA PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .010-6 | EDIVAN PEREIRA GALDINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .011-4 | FRANCISCO LACERDA LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .012-2 | FRANCISCO GUSTAVO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .013-0 | FRANCISCO DE SOUZA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .014-9 | FRANCISCO GALDINO DE SOUZA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .015-7 | FRANCISCO PEREIRA GALDINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .016-5 | IZAIAS LUIZ DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .017-3 | JOAO LUIZ DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .018-0 | JOSE CIPRIANO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| A F A S T A D O | | | | |
| .019-0 | JOSE ZEZITO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .020-3 | JOSE GALDINO DE SOUZA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .021-1 | JOSE PEREIRA GALDINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .022-0 | LUIZ JOSE DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .023-8 | MANUEL LEITE GALDINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .024-6 | MARIA GONCALVES DE ARRUDA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .025-4 | OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .026-2 | OLIMPIO ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .027-0 | PEDRO LUIZ DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .028-9 | PEDRO DE SOUZA NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .029-7 | RAIMUNDO ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .030-0 | RAFAEL LEITE DE LACERDA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .031-9 | ULIPEZ VIEIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .032-7 | JOSEFA DA SILVA CIPRIANO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .033-5 | MARIA DE FATIMA GONCALVES PE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .034-3 | PAULA MARAVILHA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .035-1 | SOLIDADE ARRUDA DE SOUSA CEZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .036-0 | MARIO FELIX DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .037-8 | MARIA MARINETO DA CONCEICAO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .038-6 | ROSA TAVARES DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .039-4 | MARIA GALDINO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .040-8 | MARIA APARECIDA DE LACERDA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .041-6 | FRANCISCO DE FRANCA BRILHANT | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .042-4 | JOAO FERREIRA CORDEIRO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .043-2 | MARIA VILANI MARAVILHA QUEIR | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .044-0 | MARIA VILEIDE GALDINO DA SIL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| .045-9 | JOSEFA GALDINO DOURADO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

FRENTE : 009 LOCALIDADE - PARAGUAI

| VITRÓDULO | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LÍQUIDO |
|---------------|-------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| 000.000.001-9 | APARECIDO SILVA ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.002-7 | ANISIO DOMINGOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.003-5 | ANTONIO JOSE DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.004-3 | ANTONIO QUIRINO DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.005-1 | ANTONIO APRIGIO GOMES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.006-0 | ANTONIO MANUEL DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.007-8 | DELFINO PEREIRA DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.008-6 | EXPOSITO PEREIRA DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.009-4 | FRANCISCO PAULINO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.010-2 | FRANCISCO MESSIAS AZIARO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.011-0 | FRANCISCO DE SOUSA RODRIGUES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.012-8 | FRANCISCO RODRIGUES CEZAR | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.013-6 | FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO D | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.014-4 | JOSE NIVALDO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.015-2 | JOSE LUCIVANCO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.016-0 | JOSE IVANILDO VICTOR PAULINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.017-8 | JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.018-6 | JOSE RIBIRIO DA COSTA FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.019-4 | JOSE LUCIO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.020-2 | JOSE SEBASTIAO FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.021-0 | JOSE GALBINO FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.022-8 | JOSE MESSIAS ISIDORO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.023-6 | JOSE CARDOSO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.024-4 | JANUARI GOMES DE ABREU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.025-2 | JOSE PAULO DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.026-0 | JUARD NICACIO DE PAIVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.027-8 | MARIA GALDINO GOMES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.028-6 | PEDRO BILDO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.029-4 | PAULO RAMOS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.030-2 | PEDRO JORIO DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.031-0 | PEDRO ANANIAS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.032-8 | RAIMUNDO DE SOUSA RAMALHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.033-6 | RAIMUNDO HYBRINO COURA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.034-4 | SEVERINO GOMES DE ABREU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.035-2 | SEVERINO NUNES DE MOURA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.036-0 | VALDEVINO TENDRICO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.037-8 | MARIA VILANI LOPES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.038-6 | FRANCISCA CLARO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.039-4 | MARIA AMELIA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.040-2 | JOSERA PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.041-0 | MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.042-8 | MARIA QUIRINO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.043-6 | ANA NUNES DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 000.000.044-4 | TEREZINHA SILVA DE LUCENA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

FRENTE : 007 LOCALIDADE - PEREIRÓS

| MATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|-----------------|-------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| A F A S T A D O | | | | |
| 060.007.001-0 | ASSIS PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.002-6 | ANTONIO PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.003-4 | ANTONIO DOS SANTOS SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.004-2 | ANTONIO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.005-0 | ANTONIO DOS SANTOS SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.006-9 | ANTONIO BENTO DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.007-7 | ANTONIO JOSE DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.008-5 | ANTONIO RIBEIRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.009-3 | ANTONIO PINHEIRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.010-7 | CICERO VIEIRA SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.011-5 | CELINA IZAQUIEL DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.012-3 | CAMILA PEREIRA DE ANDRADE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.013-1 | DORIVAL FERREIRA NUNES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.014-0 | DOMILSON DE SOUSA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.015-8 | DIVALDO VIEIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.016-6 | DAMIAO PEREIRA DE FRANCA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.017-4 | ESPEEDITO CASSIMIRO DOS SANTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.018-2 | ESPEEDITO SILVA DE QUEIROZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.019-0 | EDIMILSON MARIANO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.020-4 | ERISMAR DOS SANTOS SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.021-2 | ELIAS SILVA DE QUEIROZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.022-0 | FRANCISCO JOSE DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| A F A S T A D O | | | | |
| 060.007.023-9 | FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.024-7 | FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.025-5 | FRANCISCO FERREIRA MORAIS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.026-3 | FRANCISCO DOS SANTOS SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.027-1 | FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.028-0 | FELINA MARIA DE BRITO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.029-8 | FRANCISCO TOMAZ DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.030-1 | FRANCISCO DE ASSIS DOS S SOM | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.031-0 | GILSON BENTO DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.032-8 | JOAO MIGUEL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| A F A S T A D O | | | | |
| 060.007.033-0 | IRANY ALEXNAORE DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.034-4 | JOSE PEREIRA RODRIGUES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.035-2 | JOSE PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.036-0 | JOSE VIEIRA SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.037-9 | JOSE MILTON HONORO MUMIZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.038-7 | JOSE DOS SANTOS SOMERA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.039-5 | JOSE MILTO RIBEIRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.040-9 | JOSE ALEXANDRE DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.041-7 | JOSE DA SILVA ANASTACIO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.042-5 | JOSIMAR PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.043-3 | JOSE SILVA DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.044-1 | JOSE FERREIRA DE MORAIS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.045-0 | JOSE DE SOUZA LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.046-8 | JOSE RODRIGUES FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.007.047-6 | JOSEMAR SOARES DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

MISSOES NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
 DATA - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
 PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PB
 FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO
 MUNICIPIO : BONITO DE SANTA FE

PAG - 84
 DATA - 08/02/90
 REF - 17 QUINZENA

FRENTE : 014 LOCALIDADE - SEDE

| ARTICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIGUIDO |
|--------------|------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| 60.014.001-6 | ESPEDITA MARIA FEITOSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.002-4 | ESMERALDO FERREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.003-2 | EPITACIO DE FREITAS NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.004-0 | ERIVALDO TIMOTEO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.005-9 | ELIANO DOMINGOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.006-7 | FRANCISCO FERREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.007-5 | FELIX BARRETO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.008-0 | FERNANDO ANTONIO FURTONATO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.009-1 | GERMANO JACO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.010-5 | GERMANO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.011-3 | GERALDO CHAGAS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.012-1 | GABRIEL PAULINO DO NASCIMENT | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.013-0 | GABRIEL CHAVES DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.014-8 | GREGORIO BARBOSA LIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.015-6 | GENIVA BATISTA PEREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.016-4 | GERALDO MONTEIRO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.017-2 | INACIO PEREIRA DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.018-0 | IRACI PINTO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.019-9 | IVANILDO DOMINGOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.020-2 | JOSE EVANDRO DOMINGOS DA SIL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.021-0 | JOSE GOMES DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.022-9 | JOSE CELSON PEREIRA LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.023-7 | JOSE ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.024-5 | JOSE ALDO DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.025-3 | JOSE MANOEL DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.026-1 | JOSUEL SARAFIM DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.027-0 | JOSIMARIO CLEY DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.028-8 | JOSE GABRIEL DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.029-6 | JOSE VALOIR DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.030-0 | JOSE FRANCISCO TIMOTEO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.031-8 | JOSE VICTO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.032-6 | JOSE EDIVALDO SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.033-4 | JOSE GONCALOS FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.034-2 | JOSE PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.035-0 | JOSE GABRIEL DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.036-9 | JOSE MATEUS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.037-7 | JOSE PINTO DE FRANCA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.038-5 | JOSE RONALDO ICINO VICTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.039-3 | JOSE LOPES FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.040-7 | JOSE RENY RAMALHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.041-5 | JOSE JAILSON DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.042-3 | JOSE DE SOUSA COSME | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.043-1 | JOSE TENORIO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.044-0 | JOSE CLEMENTE DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.045-8 | JOSE ROZENO GABRIEL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.014.046-6 | JOSE CHAGAS NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

UNISSOES NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

FAG -

30

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

SECRETARIA DE COORDENACAO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA

DATA -

FEVER/94

PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PB

REF -

17 QUINZENA

FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO

MUNICIPIO : BONITO DE SANTA FE

FRENTE : 016 LOCALIDADE : BARRIGUDA

| ATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIIQUIDO |
|--------------|-------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| 60.016.001-7 | ANTONIO MARCOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.002-5 | ALONSO MORENO DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.003-3 | ANDRE MOREIRA DE AQUINO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.004-1 | AURI FERREIRA SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.005-0 | ASSIS PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.006-8 | ANTONIO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.007-6 | ANTONIO DOMINGOS DO NASCIMENT | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.008-4 | FRANCISCO ARARUNA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.009-2 | FRANCISCO DA SILVA MORENO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.010-6 | FRANCISCO DE ASSIS A NASCIME | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.011-4 | GENESIO PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.012-2 | HILMA BEZERRA DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.013-0 | HELENA FERREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.014-9 | JOSUE DE ASSIS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.015-7 | JOSE PEREIRA FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.016-5 | JOSE GILMAR AMORIM NASCIMENT | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.017-3 | JOSE CARMINO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.018-1 | JOSE GIOCESANG DIAS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.019-0 | JOSE PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.020-3 | JOSE PAULINO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.021-1 | JOSE ELES DE BRITO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.022-0 | JOSE CARMINHA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.023-8 | JOAD PEREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.024-6 | MANUEL BEZERRA SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.025-4 | MANDEL RUFINO NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.026-2 | MARIA DE LOURDES DA SILVA RU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.027-0 | MARIA DE LOURDES LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.028-9 | VALDECI PAULINO RODRIGUES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.029-7 | ROSA MARCOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.030-0 | MARIA MORENO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.031-9 | MARIA ANTONIA DA CONCEICAO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.032-7 | MARIA DO DESTERRO SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.033-5 | CLAUDIA MARIA MARCOS DA SILV | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.034-3 | FRANCISCA MARCOS DE BRITO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.035-1 | MARIA APARECIDA LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.036-0 | MAREISA MARCOS DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.037-8 | ADEIDE MARGARIDA DA S BRITO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.038-6 | FRANCISCO EDIVAN LOPES DE AS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.039-4 | LUEDILMA RODRIGUES LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.040-8 | AVANI PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.041-6 | FRANCISCA BEZERRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.042-4 | FRANCISCO ANTONIO DA S RUFIN | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 60.016.043-2 | JOSE CARDOSO PEREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

N. ALIST = 43

TOTAL DA FRENTE = 352.600,00

0,00

352.600,00

FRENTE : 011 LOCALIDADE - CHAPEU

| MATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|-----------------|-------------------------------|----------------|-----------------|----------|
| A F A S T A D O | | | | |
| 060.011.001-0 | AURELIO LEITE DE ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.002-8 | AUXILIADORA DA SILVA LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.003-6 | ANTONIO LEANDRO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.004-4 | ANTONIO DE SOUSA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.005-2 | ANA VALERIANO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.006-0 | ALAIDES MARTINS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.007-9 | DAMIAO DIAS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.008-7 | FRANCISCO INOCENCIO DA COSTA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.009-0 | FRANCISCO ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| A F A S T A D O | | | | |
| 060.011.010-9 | FRANCISCO CASSIMIRO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.011-7 | FRANCISCO DIAS DE SOUSA FILM | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.012-5 | FRANCISCO DIAS FIGUEIREDO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.013-3 | FRANCISCO MONTEIRO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.014-1 | FRANCISCO FERREIRA R. DE SOUS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.015-0 | FRANCINALDO PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.016-8 | GENIVAL LEITE DE LIMA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.017-6 | GERALDO SERAFIM DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.018-4 | GERALDO MARTINS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.019-2 | IZAQUIEL PEDRO FILHO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.020-6 | JOAO DANTAS NETO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.021-4 | JOAO LEITE DE ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.022-2 | JOAO IZAQUIEL DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.023-0 | JOAO PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.024-9 | JOAQUIM MARTINS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.025-7 | JOSE MARTINS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.026-5 | JOSE SALUSTIANO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.027-3 | JOSE BARBOSA ALVES | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.028-1 | JOSE JUVENAL DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.029-0 | JOSE ADEILDO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.030-3 | JOSE DAMIAO MARTINS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.031-1 | JOSE MILTON DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.032-0 | JOSE LEITE DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.033-8 | JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.034-6 | LUIZ CANDIDO DA CRUZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.035-4 | MOACIR MARTINS DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.036-2 | MANUEL PEREIRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.037-0 | MANOEL SALUSTIANO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.038-9 | MARIA DE LOURDES DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.039-7 | MARIA ELIETE GALDINO DA CRUZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.040-0 | MARIA ROSICLEIDE D DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.041-9 | MARIA APARECIDA ALVES DA SIL | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.042-7 | MARIA APARECIDA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.043-5 | ONEZIO JOAQUIM DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.044-3 | RAIMUNDO GONZAGA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.045-1 | SEBASTIAO ARAUNA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.046-0 | PEDRO BEZERRA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |

UNIAO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
 DATA - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
 PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PB
 FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO
 MUNICIPIO : SONITO DE SANTA PE

PAG - 20

DATA - FEVER/94
 REF - 17 QUINZENA

FRENTE : 011 LOCALIDADE - CHAPEU

| MATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|---------------|------------------------------|----------------|-----------------|------------|
| 060.011.047-8 | SILVANETE PEREIRA DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.048-6 | MANGEL PEREIRA LEITE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.049-4 | JOSEFA PEREIRA MONTEIRO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.050-8 | MARIA PEREIRA DA SILVA SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.051-6 | RAIMUNDA GOMES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.052-4 | JOSEFA DE OLIVEIRA MARTINS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.053-2 | MARIA GENILZA SOUSA DE OLIVE | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.054-0 | BENEICITA RONILDO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.055-9 | PORCINA INACIO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.056-7 | MARIA DO SOCORRO CARDOSO ALV | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.057-5 | ELISTE BEZERRA FERREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.058-3 | IDEZUITE VITORIA DE SOUSA DI | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.059-1 | ADORINA PEREIRA DE FREITAS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.060-9 | IZABEL ALVES DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.061-3 | MARIA APARECIDA PEREIRA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.062-1 | ALDENORA FERREIRA DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.063-0 | CICERO MANDEL DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.064-8 | RAIMUNDA CARDOSO DA SILVA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.065-6 | MARIA MARTIN DOS SANTOS | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.066-4 | MARIA DE SOUSA OLIVEIRA SILV | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.067-2 | FRANCISCO GONZAGA DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.068-0 | MARCOS ANTONIO DIA DE FIGUEI | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.069-9 | DAMIANA FURTADO DE SOUSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.070-2 | ITAMAR BANTAS DE QUEIROZ | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.071-0 | DAMIAD VIEIRA DE ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.072-9 | FRANCISCO EVANGELISTA DE SOU | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.073-7 | JOSE ALVES DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.074-5 | NASCIMENTO JOSE DE ARAUJO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.075-3 | ANTENOR JOSE DO NASCIMENTO | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.076-1 | ALICE BARBOSA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| 060.011.077-0 | ANTONIO GENEZIO LISBOA | 8.200,00 | 0,00 | 8.200,00 |
| N. ALIST = 75 | TOTAL DA FRENTE = | 615.000,00 | 0,00 | 615.000,00 |